

Tiago  
Rogerio

PROJETO

# afroBRIN

um olhar  
afrocentrado  
sobre a  
história  
do Brasil

F ● S ● F ● R ●

**Caderno de atividades  
e expansão de repertório**

*Eduardo Chammas*

**AUTORIA**

Eduardo Chammas

**LIVRO**

*projeto Querino: um olhar afrocentrado sobre a história do Brasil*

**AUTOR**

Tiago Rogero

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Juliana de A. Rodrigues

**ASSISTENTE EDITORIAL**

Millena Machado

**REVISÃO**

Fernanda Marão

**EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**

Página Viva



[2025]

Todos os direitos desta edição reservados à

Editora Fósforo

Rua 24 de Maio, 270/276

10º andar, salas 1 e 2 — República

01041-001 — São Paulo, SP, Brasil

Tel: (11) 3224.2055

contato@fosforoeditora.com.br

www.fosforoeditora.com.br

## **Sumário**

- 4 O pecado original
- 7 EXERCÍCIOS
  
- 12 Chove chuva
- 15 EXERCÍCIOS
  
- 20 O colono preto
- 23 EXERCÍCIOS
  
- 27 Os piores padrões
- 31 EXERCÍCIOS
  
- 36 A cor dos faraós
- 40 EXERCÍCIOS
  
- 45 Salve-se quem puder
- 48 EXERCÍCIOS
  
- 53 Democracia
- 57 EXERCÍCIOS



## O pecado original

### RECAPITULANDO

Pouca gente estava lá na hora do “grito da Independência”. D. Pedro I estava no meio da viagem para conseguir o apoio da *boa* elite brasileira — os escravistas —, quando recebeu a notícia de que o caldo tinha entornado e anunciou o rompimento com Portugal. E esse momento fundador da nação brasileira acabou sendo presenciado por um grupo pequeno. Estavam lá d. Pedro, os criados dele — os escravizados — e um grupo restrito de homens brancos. E o que era necessário para estar nesse seletivo grupo? Além de ser homem e branco, precisava ter muito dinheiro. Muito. Afinal, um dos objetivos principais dessa romaria era garantir para as elites que, mesmo com a separação de Portugal, a escravidão seria mantida.

Joaquim de Souza Breves, irmão de José de Souza Breves, fazia parte do grupo. No século 19, a família Breves dominou a região do Vale do Paraíba fluminense. E o vale fluminense era o maior produtor de café do mundo. Juntos, Joaquim e José tiveram dezenas de fazendas e eram senhores de quase 5 mil escravizados.

Mas, naquele tempo, a escravidão era totalmente naturalizada no Brasil. Era a estrutura da sociedade, a base de tudo. E por isso muita gente tinha escravizados: um terço dos chefes de família. Nem só gente rica tinha escravizados. E havia até pessoas negras que tinham, também. Naquela sociedade, o escravizado era a moeda mais valiosa. Mais até do que terra. De nada adiantava um terreno sem as mentes e os corpos que trabalhariam nele. Então, quando uma pessoa negra livre conseguia ascender socialmente — e isso era bem difícil, mas às vezes acontecia —, ela tentava adquirir bens. E o escravizado era a posse mais valiosa de todas. Mas pessoas negras donas de escravizados eram a minoria da minoria. No começo da década de 1830, só 6% dos donos de escravizados eram pardos ou pretos.

Em geral, a posse de escravizados era pequena: geralmente as pessoas tinham um, dois, no máximo três. Esse era o padrão do Brasil. Só uns 5% ou 6% dos senhores tinham mais de vinte escravizados. E os irmãos Breves, por outro lado, tinham milhares. Milhares. E como foi que esses dois grandes empresários acumularam toda essa riqueza? Certamente, a fortuna dos irmãos Breves tem como ponto inicial o tráfico de africanos.

O tráfico de escravizados era um empreendimento que custava muito dinheiro, além de ser bastante arriscado, mas, se desse certo, dava muito lucro. Os irmãos Breves investiram nesse negócio no momento de explosão do café. O que esses senhores fizeram — senhores como José e Joaquim, e tantos outros do Vale do Paraíba — foi permitir que política, econômica e socialmente a escravidão se propulsionasse no exato momento em que o café foi colocado como um projeto nacional. E a escravidão se propulsionou como um elemento importante dessa economia cafeeira de uma maneira muito particular no caso do Brasil. A escolha por manter a escravidão não garantiu só a unidade do Brasil independente. Foi graças à exploração e à tortura de pessoas negras que o novo país se tornou economicamente viável.

Primeiro, foram os indígenas. E é importante lembrar que houve escravização indígena, um genocídio dos povos originários que durou muito mais tempo do que geralmente aprendemos. Por uma série de motivos, houve uma transição para a mão de obra africana. Um deles era que os africanos chegavam como “mão de obra qualificada”, já que em suas sociedades estavam habituados à pecuária ou à metalurgia, por exemplo. E havia também os interesses do “mercado”. A escravidão africana era economicamente mais interessante do que a indígena. O tráfico transatlântico era uma enorme rede de comércio envolvendo Europa, África e Américas. Nenhum dos



grandes ciclos econômicos daquele tempo — açúcar, ouro e café — teria existido sem a mão de obra escravizada.

Desde os tempos da colônia, todas as riquezas que o Brasil acumulou foram graças à escravidão. Não houve setor da economia brasileira sem trabalho escravo: do comerciante ao grande latifundiário; do industrial ao médico. Desde sempre, foram mãos e mentes negras que enriqueceram famílias brancas que até hoje se beneficiam dessa riqueza. Na “empresa” Brasil, o trabalho é negro e o lucro, branco.

O Brasil se projetou como uma grande nação escravista atrelada ao comércio atlântico de africanos. Um comércio que, a partir de 1831, se tornou clandestino. Joaquim e José de Souza Breves foram traficantes quando o tráfico era ilegal. Foram contrabandistas de pessoas ilegalmente escravizadas. Até para os padrões daquela época, o que eles faziam era contra a lei. Isso porque a primeira lei que regulou o fim do tráfico negreiro transatlântico da África para o Brasil, a lei de 7 de novembro de 1831, já havia sido instaurada.

O Reino Unido era um aliado de longa data dos portugueses. E, depois de 1822, continuou como o principal parceiro comercial também do Brasil. Para reconhecer o novo país como nação independente, os britânicos exigiram um monte de coisa. Em 1826, Brasil e Reino Unido assinaram o Tratado Anglo-Brasileiro: os britânicos reconheceram a Independência e os brasileiros comprometeram-se a acabar com o tráfico de escravizados em três anos. D. Pedro I acabou tomando uma decisão que custaria caro ao imperador: ratificou o tratado com a Inglaterra sem consultar a classe política do Império — os deputados e senadores —, as mesmas pessoas que tinham ajudado ele a romper com Portugal. Os deputados e senadores dependiam da escravidão. Então, quando o imperador oficializou tudo sem consultá-los, a relação azedou.

A queda de d. Pedro I criou no país um clima geral de “segunda Independência”, agora totalmente livre de Portugal. O marquês de Barbacena propôs uma lei brasileira para acabar com o tráfico de escravizados. A ideia com a lei era fazer uma afirmação da “soberania nacional”: não seriam os britânicos pressionando pelo fim do tráfico; agora, era o Parlamento brasileiro que estava tomando a iniciativa.

Mas como um país escravista fez uma lei nesses termos? A lei foi feita num dos momentos mais radicais da história política brasileira. O imperador d. Pedro I tinha acabado de cair. As ruas estavam agitadas. O Parlamento, inquieto. E a imprensa andava cheia de ideias novas. A lei foi fruto desse espírito inflamado.

“Para inglês ver” é uma expressão para algo que é de mentirinha: só funciona na aparência, não para valer. Foi essa lei — ou melhor, o descumprimento dessa lei — que deu origem à expressão. Só que o que talvez você não saiba é que a lei foi cumprida. E o foi por cerca de quatro anos, mais ou menos. O desembarque de africanos escravizados no Brasil depois da aprovação da lei caiu para o menor volume numa longa série histórica que chega a recuar até o século 17. O número bateu lá embaixo. A lei não nasceu para inglês ver. Foi tornada.

O Brasil tem destas coisas incríveis: uma potência para surpreender positivamente, como a lei de 1831; e, logo depois, uma enorme capacidade de autodestruição, como a reabertura do tráfico negreiro sob a forma de contrabando contra essa mesma lei.

A “política da escravidão” foi um pacto político, um arranjo entre elites, tão importante quanto um pacto constitucional. Quem a “política da escravidão” envolvia? Os grandes políticos da época, o centro de comando do Estado, a elite financeira do Rio de Janeiro, que era a Corte do Império do Brasil, e os grandes proprietários de terras e de escravos do país. Todos unidos em torno da defesa da escravidão e do tráfico de escravizados como uma estratégia para gerar riqueza privada, crescimento econômico e financiar o Estado imperial, que na época estava sendo construído.

A estimativa é de que, dos quase 5 milhões de africanos que desembarcaram no Brasil em cerca de trezentos anos de tráfico, mais de 2 milhões tenham desembarcado na primeira metade do século 19; e, desses, 800 mil nos cerca de vinte anos do período em que o tráfico era ilegal. Os irmãos Breves não viram na proibição do tráfico um problema, mas uma oportunidade de negócios. A fração mais importante da elite brasileira criou as condições políticas, sociais, econômicas e infraestruturais para que esse tráfico acontecesse. O brasileiro comum também apoiava o tráfico de africanos, que só se manteve clandestino, em operação, porque houve um outro acordo nacional para que ele continuasse existindo.

Para articular suas operações, José e Joaquim Breves montaram fazendas litorâneas, instaladas especificamente para receber os navios ilegais no período do contrabando. A área na ilha da Marambaia, no Rio de Janeiro, é tudo o que restou do que um dia foi a senzala de uma dessas fazendas. Ali fica o quilombo da ilha da Marambaia, formado por descendentes das pessoas sequestradas. Há décadas, os quilombolas da ilha travam um conflito pelas terras com a Marinha, que instalou lá um “centro de adestramento” para os militares durante a ditadura.

Uma história tradicional do quilombo é a da princesa Camila, considerada a “última escrava” da Marambaia, que pertencia a realza conga e, no entanto, veio para cá como escrava. Ela cuidou de todos os negros até onde pôde e lutou, desde que saiu de África, por uma comunidade igual.

Nos anos 1850, o contrabando finalmente acabou. Foi aprovada uma nova lei, que ficou conhecida como a Lei Eusébio de Queiroz. O governo enfim endureceu a fiscalização. Com o fim do tráfico, houve uma superabundância de dinheiro, especialmente no Sudeste, que tinha assumido ainda mais protagonismo econômico graças à explosão do café. E essa fartura resultou no ressurgimento do Banco do Brasil, que tinha sido fechado quando d. João VI foi embora levando todo o dinheiro.

Desde que os portugueses invadiram este território indígena, em 1500, foi a escravidão que gerou todas as riquezas do Brasil. Todo setor da economia contava com trabalho escravo. Pensar numa riqueza construída antes da Abolição é pensar em dinheiro e posses gerados por meio da crueldade e deixados como herança para os descendentes desses senhores de escravos. E mesmo depois da Abolição: qual família branca brasileira não se beneficiou dos privilégios e das relações sociais e de trabalho sedimentadas por uma sociedade que, por mais de trezentos anos, escravizou dois grupos — o das pessoas negras e o das indígenas — e, depois, impediu a ascensão socioeconômica dessas pessoas?

A escravidão acabou e, com ela, caiu o Império, mas na República o racismo continuou, sempre como uma escolha política: para que um grupo continuasse a ser subjugado por outro; para a continuidade de quem sempre esteve no poder.

A última geração de escravos no Brasil era basicamente formada por escravos ilegais. Aquelas pessoas, juridicamente, eram livres. Então a escravidão, por si, já era um horror, uma barbárie, uma aberração. Um crime segundo as leis do Brasil. O historiador Luiz Felipe de Alencastro chama o que aconteceu de “o pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira”.

Quantas vezes, na história do Brasil, o país teve a chance de se entender com o passado e escolheu não fazê-lo? Foi assim em 1850, foi assim com a Abolição — que veio sem compensação nenhuma —, foi assim com a ditadura militar... Será assim até quando?





reforçou no Sul dos Estados Unidos, em Cuba e no Brasil enquanto no resto das Américas o movimento foi de abolição gradual. Há muito tempo os historiadores veem a relação entre o capitalismo e a escravidão com complexidade e não defendem que eram incompatíveis. O capitalismo se beneficia da escravidão e do trabalho forçado, visto que reduz muito os custos com mão de obra. Desta forma, os interesses econômicos também incentivaram as autoridades brasileiras de então a fazerem ‘vista grossa’ para este comércio ilegal e as estratégias para se esquivar desta ilegalidade, como dizer que libertos eram escravos que morreram ou alegar ‘boa-fé’ na sua aquisição.<sup>2</sup>

A partir desse trecho da entrevista e do capítulo “O pecado original”, redija um comentário relacionando escravidão, modernização capitalista no século 19 e a viabilidade econômica do Brasil.

---

---

---

---

---

---

---

---

### EXERCÍCIO 3 — TESTANDO OS TESTES 1

“Naquele tempo, a escravidão era totalmente naturalizada no Brasil. Era a estrutura da sociedade, a base de tudo.”

Com base no enunciado fornecido, assinale com verdadeiro (V) ou falso (F) as afirmações a seguir e escolha a alternativa que apresenta a sequência correta:

1. ( ) A população negra era formada por cativos e libertos, mas os libertos não poderiam possuir negros escravizados sob a sua propriedade.
2. ( ) A grande maioria dos senhores tinha mais de vinte escravizados, pois o trabalho cativo era fundamental nas grandes propriedades monocultoras.
3. ( ) O tráfico esteve na origem de algumas das grandes riquezas do século 19, o que tornou possível a posse de milhares de escravizados por alguns dos traficantes de negros sequestrados na África.
4. ( ) A lei de 1831 foi desrespeitada desde o princípio, tornando-se famosa por sua falsa aparência de proibição do tráfico negreiro para o convencimento da Inglaterra.
5. ( ) Apenas os negros que chegaram ao Brasil a partir de 1850 pelo tráfico negreiro foram considerados ilegalmente escravizados, na medida em que chegaram no ano em que o tráfico foi efetivamente proibido.

2. Ibid.





- a) F, V, V, F, F.
- b) F, F, V, F, F.
- c) F, F, V, F, V.
- d) V, V, F, V, F.
- e) F, V, F, V, V.

#### EXERCÍCIO 4 — TESTANDO OS TESTES 2

No século 19, a família Breves dominou a região do Vale do Paraíba fluminense. E o vale fluminense era o maior produtor de café do mundo. Juntos, Joaquim e José tiveram dezenas de fazendas e eram senhores de quase 5 mil escravizados.

E como foi que esses dois grandes empresários acumularam toda essa riqueza? Certamente, a fortuna dos irmãos Breves tem como ponto inicial o tráfico de africanos, que, além de arriscado, era um empreendimento que custava muito dinheiro.

Os irmãos Breves investiram no tráfico de escravizados no momento de explosão do café. O Brasil se projetou como uma grande nação escravista atrelada ao comércio atlântico de africanos. Um comércio que, a partir de 1831, era clandestino. Joaquim e José de Souza Breves foram traficantes quando o tráfico era ilegal. Foram contrabandistas de pessoas ilegalmente escravizadas. Até para os padrões daquela época, o que eles faziam era contra a lei.

Considerando essa ilegalidade, qual das alternativas a seguir está **incorreta** em relação à atuação dos irmãos Breves no tráfico de escravizados e sua posição na sociedade colonial?

- a) O que os irmãos Breves e tantos outros senhores fizeram foi permitir que política, econômica e socialmente a escravidão se propulsionasse no exato momento em que o café foi colocado como um projeto nacional.
- b) Os irmãos Breves não viram na proibição do tráfico um problema, mas uma oportunidade de negócios, contribuindo para criar as condições políticas, sociais, econômicas e infraestruturais para que o tráfico acontecesse.
- c) A lei que proibiu o tráfico em 1831 levou os irmãos Breves a atuarem junto ao Parlamento na tentativa de reverter a legislação e tornar o tráfico novamente legal, retirando-o da clandestinidade, o que conseguiram em 1850.
- d) Os irmãos Breves montaram fazendas litorâneas para articular o tráfico, como no caso da ilha da Marambaia, em que há vestígios do que um dia foi a senzala de uma fazenda que funcionava para receber os navios no período do contrabando.
- e) A importância dos irmãos Breves fica evidente quando se observa a participação de Joaquim de Souza Breves na comitiva de d. Pedro formada por homens brancos muito ricos e que esteve com ele no dia 7 de setembro de 1822.



**EXERCÍCIO 5 — AGORA É COM OS ESTUDANTES**

Leia os textos a seguir:

**Texto 1**

Uma das maiores e mais antigas instituições públicas do país, o Banco do Brasil (BB) recebeu um estudo que indica envolvimento da empresa no comércio de negros escravizados durante o século 19. O documento elaborado por catorze pesquisadores de universidades brasileiras e americanas faz parte de um inquérito civil instaurado pelo Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro.

Os pesquisadores apontam que havia “vínculos diretos entre traficantes e o capital diretamente investido em ações do Banco do Brasil”. Além disso, acrescenta que “a instituição também se favoreceu da dinâmica de circulação de crédito lastreada na propriedade escrava que imperou ao longo de toda a primeira metade do século 19”.

O crédito lastreado pode ser entendido como empréstimos concedidos pelo banco e que tinham como garantia bens de donos de escravos, por exemplo fazendas com escravizados. Os pesquisadores afirmam que “entre os historiadores econômicos é consensual que o Banco do Brasil, refundado em meados do século [19] como maior instituição financeira do país, cumpria papel singular na sustentação da economia mercantil escravista”.<sup>3</sup>

**Texto 2**

“Ponta da praia” nada mais é que uma base da Marinha na restinga de Marambaia, no Rio de Janeiro — um local bastante conhecido entre historiadores por ter sido usado para a execução de presos políticos [no contexto da ditadura militar imposta a partir de 1964].<sup>4</sup>

**Texto 3**

Milhares de negros escravizados de Angola e outros países da África tinham como seu primeiro destino no Brasil a praia do Sino, na restinga de Marambaia. A ilha ainda mantém as ruínas de uma senzala, local que abrigava as pessoas escravizadas no Brasil. Os navios que chegavam eram chamados de “Tumbeiros”. A palavra vem de tumba, e tem uma origem mórbida: muitos morriam nos navios antes de chegar ao destino final. Os quilombolas que moram na ilha da Marambaia são todos descendentes de uma única mulher: Camila, uma negra que foi escravizada e vendida junto com a fazenda. Tradições como o Jongô, a pesca da tainha e outras atividades permanecem, passadas de geração em geração.<sup>5</sup>

Com base nos textos fornecidos, explique a seguinte afirmação: “Quantas vezes, na história do Brasil, o país teve a chance de se entender com o passado e escolheu não fazê-lo? Foi assim em 1850, foi assim com a Abolição — que veio sem compensação nenhuma —, foi assim com a ditadura militar. Será assim até quando?”

3. Adaptado de MOURA, Bruno de Freitas. “Banco do Brasil recebe estudo que mostra apoio do banco à escravidão”. Agência Brasil, 12 nov. 2023. Disponível em: <<https://tinyurl.com/23nfxpxu>>. Acesso em: 6 maio 2025.

4. LEITÃO, Matheus. “A diferença marcante entre as reações de Lula e Bolsonaro ao assassinato”. *Veja*, 19 jul. 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/8n8ad5hx>>. Acesso em: 6 maio 2025.

5. “‘Vim de lá’: Marambaia guarda ruínas de senzala e tradições quilombolas”. G1 Rio de Janeiro, 21 nov. 2025. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y7z2d6s>>. Acesso em: 6 maio 2025.





## Chove chuva

### RECAPITULANDO

A história do samba e, implicitamente, a história dos negros, tem sido preterida há muitos anos. Como se o samba — uma das maiores ou, talvez, a maior expressão cultural negra brasileira; ou a maior expressão cultural brasileira — fosse menos MPB. E é muito absurda essa ideia porque a bossa nova não existiria se pessoas negras não tivessem criado o samba, décadas e décadas antes. Elas foram vitais não só para a criação do gênero. Não existiria música brasileira se não fosse pelos africanos e seus descendentes. O que há de melhor na nossa música veio de negros e indígenas, do talento de pessoas que, como forma de resistência, criaram a música brasileira.

Foi lá pelos anos 1800 que começaram a chegar outros ritmos vindos da Europa, especialmente de Portugal, como a valsa e a polca. Mas já tinha gente fazendo música há muito tempo no Brasil. A partir da influência indígena surgiu, por exemplo, o cateretê, que depois acabou virando o ritmo básico da chamada “música caipira”. E havia, claro, os africanos. Há uma série de registros bem antigos de manifestações musicais entre as pessoas escravizadas. Foi pela influência dos africanos que surgiu uma das primeiras músicas afro-brasileiras: o maracatu, ainda no século 17, em Pernambuco, com participação indígena.

Assim como o maracatu, há outra tradição musical afro-brasileira que resiste até hoje: o jongo, que surgiu no século 19 e é uma união entre música, sagrado e culto aos ancestrais.

Aliás, quando escrevo “música” e “africanos”, você provavelmente está pensando em percussão. E a percussão é mesmo uma das bases das culturas africanas. Mas não é só percussão. Hierarquicamente, em sociedades pautadas pelo pensamento europeu — como a nossa —, os instrumentos de percussão são colocados “abaixo” dos de harmonia.

Para além do reducionismo que é fazer esse tipo de hierarquização, a ideia de que o continente africano era “só tambor” também é uma construção equivocada, pois, além de ritmo, também sempre existiu harmonia e melodia. Boa parte das sociedades africanas são tonais, em que uma mesma palavra pode ter significados diferentes de acordo com o tom em que se fala. Harmonia e melodia estavam presentes também nos instrumentos musicais no continente africano. Antes de qualquer interação com os portugueses já havia uma “desconcertante variedade” de instrumentos na África: percussivos, mas também de cordas e sopro.

Até que o conceito de polirritmia pudesse emergir como a única maneira de compreensão possível para definir tais formas sonoras, chegou-se a formular a ideia de que os africanos não tinham noções nem de tonalidade, assim como de ritmo. Polirritmia é a superposição de ritmos ou métricas diferentes. Existe há centenas de anos e está na origem de vários gêneros musicais não só no Brasil, mas em outros países que também receberam africanos escravizados.

A primeira manifestação cultural negra a ser aceita pela sociedade branca colonial foi o lundu. O lundu foi nosso primeiro ritmo afro-brasileiro importante, pois foi fundamental na formação de outros ritmos que vieram na sequência.

Antes de começar a dar dinheiro, música no Brasil era quase que exclusivamente coisa de negro. “Senhores” e “sinhas” costumavam formar bandas de escravizados para tocar música erudita em suas festas, com os mais variados instrumentos. A mão negra que colhia o algodão, a cana ou o café era a mesma que empunhava o arco do violino, para o deleite dos escravistas. Virou também oportunidade de trabalho para pessoas negras livres.

A sanha das elites por importar números recordes de escravizados (até a efetiva proibição do tráfico, em 1850) tornava o Brasil cada vez mais “africano” na cultura e na vida das cidades. O Rio de Janeiro, por exemplo, era uma cidade “acostumada à presença musical africana” na primeira metade do século 19. Lundu, tango brasileiro, choro e maxixe foram alguns dos gêneros e ritmos aceitos pela sociedade branca de consumo. Mas não eram os únicos que existiam.

Assim como os lundus para piano e canto que estão nas partituras do século passado não são os mesmos lundus que soavam nos divertimentos daqueles que não liam partituras e nem possuíam pianos, também os sambas das gravações dos anos 1920 e 1930 não seriam necessariamente os mesmos da Casa da Tia Ciata ou dos botequins do Estácio, lugares icônicos para o samba no Rio de Janeiro.

O processo de construção da música brasileira é feito muito mais de perdas do que de ganhos. Pensar a história somente por essa linha do lundu e do maxixe é pensar no consumo branco da cultura negra, e não na história da cultura negra. Entraram lundu, maxixe e samba, mas e o que não entrou? E o que não foi gravado?

Chiquinha Gonzaga foi decisiva para o “nascimento” do que viria a ser chamado de música popular brasileira. Em cima de valsas, polcas e tangos, principalmente, mas de todos os outros gêneros de música principalmente dançante, Chiquinha agregava a rítmica africana, encaminhando essa música para que se tornasse brasileira.

Na sociedade escravista, imperial, os dois grandes elementos sociais executores de música foram a mulher e o escravizado. Ou seja: os elementos sociais mais oprimidos e que, portanto, tinham mais necessidade de expressão. Mais do que reconhecer a sua origem afrodescendente, Chiquinha contribuiu para integrar as culturas branca e negra.

Há um outro clássico de Carnaval composto por uma mulher negra que, com certeza, você também conhece — mas, muito provavelmente, não sabe o nome da canção ou da autora. É o mais famoso frevo e uma das músicas brasileiras mais conhecidas. O nome é “Marcha nº 1 Vassourinhas”, composta por Joanna Baptista Santos e Mathias da Rocha, que eram primos — e negros.

Ainda que, por ser mulher e negra, Chiquinha tenha sido invisibilizada e, mesmo quando reconhecida, embranquecida, Joanna praticamente sumiu da história. Ela não morava na Corte e também se diferenciava da musicista carioca por outro aspecto: Chiquinha, com evidentes traços afrodescendentes, era o que hoje entendemos como uma mulher negra de pele clara. Já Joanna era uma mulher preta, cujas tentativas de “embranquecimento”, pela sociedade, teriam sido bem mais difíceis.

Se pegarmos a história do samba, podemos pensar numa história de resistência do povo negro dentro do território nacional, tentando encontrar formas de se relacionar com esse grande significante “brasileiro”. A música é uma invenção popular, do povo brasileiro e sobretudo dos negros. O samba já não era “mera expressão musical de um grupo social marginalizado, mas um instrumento efetivo de luta para a afirmação da etnia negra no quadro da vida urbana brasileira”. Clóvis Moura, historiador e sociólogo, chamava isso de “cultura de resistência”, algo praticado pelos negros desde que os primeiros africanos foram desembarcados no Brasil.

Para além da genialidade da arte, da criação artística, da necessidade e do desejo de se expressar, a música era também um mecanismo de defesa contra a cultura dominante imposta pelos opressores brancos. A contribuição da cultura negra para a música popular brasileira foi a sua invenção. A sua criação. Não fosse esses sujeitos, ela não existiria.

O Brasil do pós-Abolição é o país das inúmeras tentativas de eliminação de quaisquer traços de negritude e africanidade. A meta era branquear a população e a sociedade, a todo custo. Mas, por mais que tentasse, o Estado brasileiro não conseguia eliminar todos esses traços. A solução, então, foi chamar tudo isso de “nacional”.

O brasileiro tem esse pressuposto homogeneizador que acaba por negar particularidades, o que sabemos ser uma forma de ocultar o processo de extermínio ainda em curso da população negra no país. Há muito mais semelhanças do que diferenças na experiência histórica dos músicos racializados no Brasil em relação aos músicos racializados de qualquer outro lugar da diáspora. O discurso da nacionalidade é tão forte que perdemos de vista a dimensão da diáspora, que é necessariamente transnacional.

Quando ouvimos a célula rítmica do tamborzão do funk, as pessoas comparam com o toque do congo de ouro ou com a base rítmica da dança do maculelê. Não é a mesma coisa, mas de alguma maneira são coisas que estão interagindo. É um patrimônio cultural secular interagindo com as novas estéticas e com as novas linguagens da música negra periférica.

Ao realizar o negro enquanto sujeito de si, totalmente sujeito de si próprio, Jorge Ben reatualizou a música popular e recriou os seus caminhos. Jorge Ben é o negro em liberdade plena, nos momentos em que consegue alcançá-la, um músico no interior da Música Preta Brasileira. Com ele, o samba é pensado como resistência negra e, em grande medida, contrário a uma série de determinações e da confirmação do Estado nacional, como uma negação interna ao próprio conceito de identidade nacional. Jorge Ben também criou um outro modelo de samba, muito próximo daquilo que o João Gilberto efetivamente havia feito. Só que em uma outra linguagem, mais percussiva.

É como se o violão dele fosse uma espécie de atabaque apontando para tradições muito anteriores e ao mesmo tempo para o futuro. Jorge Ben recuperou essa tradição negra inscrita no território nacional e na música popular brasileira muito fortemente, e a recriou apontando para o futuro, para uma espécie de redenção do povo negro. Essa ideia é a do músico como criador de uma mitologia negra, pensada a partir do amor e não da dor, pensada para fora daquilo que o colonizador fez do nosso povo, que foi a redução do corpo negro à condição de pura materialidade, de coisa, a redução radical da subjetividade ao corpo. Jorge Ben conseguiu criar narrativas do povo negro, das mulheres negras, tornando-se uma espécie de griô que realizou a ponte entre o passado negro — mas um passado anterior à escravidão — e canalizou a história em si no momento da enunciação. E, ao fazer isso, apontou para um horizonte de liberdade via imaginário, ressignificando e mudando por completo a história da música popular.

Os Racionais e o rap brasileiro não têm nada a ver com João Gilberto, mas tem tudo a ver com Jorge Ben. O black dos anos 1970 também: o Tim Maia, o próprio Djavan, depois o pagode romântico e o axé, em grande medida, têm uma relação com a linguagem proposta por ele.

A brasilidade oficial, o Brasil oficial, produz mecanismos de morte, opressão e violência. E tudo aquilo o que é interessante, bom e positivo, é produzido pelo negro que resiste a esse modelo de morte, violência e exclusão. E o que há de perverso é que essas formas de resistência são frequentemente apropriadas como signos de “brasilidade”. O nascimento das artes no Brasil tem uma conexão umbilical com o modo de fazer africano.

Ou seja: graças à influência afro-brasileira nasceu uma arte genuinamente brasileira, não mais só uma reprodução do que vinha de Portugal e da Europa. E foi assim também com a língua. Por que você acha que o nosso português é tão diferente do de Portugal? Apesar das adversidades, foi a língua falada por negros e mestiços que dominou o Brasil.

Somos um país que fala português como fruto direto da presença negra. As artes forjadas pela experiência afro-brasileira são as mais belas expressões da experiência humana que surgiram deste lado do Atlântico.



## EXERCÍCIOS

### EXERCÍCIO 1 — APROFUNDAMENTO

Leia a seguir o texto de Acauam Oliveira:

O rap no Brasil surge em certa medida desligado da tradição estético-cultural da música brasileira, no sentido da bossa-nova e da MPB. Parte de seus esforços se destina a criar seus próprios antecedentes locais, passando por Jorge Ben, Djavan, Tim Maia, pelo movimento Black Rio, e certa tradição do samba que se adequa mais a certa concepção de marginalidade, como Bezerra da Silva.

O rap brasileiro surge desvinculado de certa linha de desenvolvimento da canção nacional, estando filiado mais organicamente à tradição do rap norte-americano, tal como ela se constitui no final dos anos 1960, no bairro do Bronx em Nova York — resultado, por sua vez, de uma infinidade de trânsitos culturais e musicais.

O rap brasileiro aposta na construção de uma identidade a partir da ruptura, da afirmação de uma comunidade negra que se desvincula do projeto de nação mestiça tal como concebida até então. Ele irá se reconhecer enquanto um gênero cantado por negros que reivindicam uma tradição cultural negra por meio de um discurso que denuncia o aspecto de violência e dominação contido no modelo cordial de valorização da mestiçagem. Seu projeto civilizatório pressupõe a construção de um lugar de fala para a comunidade negra periférica. Opera-se um corte profundo em uma das principais linhas de força da canção popular, substituindo sistematicamente o conceito de “nação” pelo de “periferia”, sob o qual o rap irá sustentar-se imaginariamente. Ou seja, o rap é ao mesmo tempo a voz da periferia e a forma simbólica que constitui a identidade periférica, interpelando os moradores das quebradas como sujeitos dotados de uma identidade comum.<sup>6</sup>

No capítulo “Chove chuva”, afirma-se que “os Racionais e o rap brasileiro não tem nada a ver com João Gilberto, mas tem tudo a ver com Jorge Ben” e que “há muito mais semelhanças do que diferenças na experiência histórica dos músicos racializados no Brasil em relação aos músicos racializados de qualquer outro lugar da diáspora”. Há, nesse sentido, uma forte relação com a discussão proposta no texto de Acauam Oliveira, seja na ligação apontada pelo autor entre o rap brasileiro e o rap norte-americano, seja na “afirmação de uma comunidade negra que se desvincula do projeto de nação”.

A partir dessa discussão no campo da cultura e mais especificamente na música, explique a ideia de que a “brasilidade oficial” produz mecanismos de silenciamento e opressão.

---

---

---

---

---

---

---

---

6. Adaptado de OLIVEIRA, Acauam Silvério de. *O fim da canção? Racionais MC's como efeito colateral do sistema cancional brasileiro*. 412 pp. São Paulo: FFLCH-USP, 2015. Tese. (Doutorado em letras).





---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## EXERCÍCIO 2 — DISCUTINDO OS TEMAS

Leia o texto a seguir:

O Samba de Roda no Recôncavo Baiano foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2004. No ano seguinte, em 2005, também recebeu o título de Patrimônio Imaterial da Humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Uma das joias da cultura brasileira, o samba de roda tem qualidades específicas, reunindo beleza, perfeição técnica, humor e poesia, desempenhando papel proeminente nas definições da identidade nacional no país. O bem traz como suporte determinante tradições culturais transmitidas por africanos escravizados e seus descendentes. Serviu de influência para o samba carioca, com as devidas repercussões nacionais.

Os primeiros registros do bem cultural, com esse nome e com muitas características que ainda hoje o identificam, datam dos anos de 1860. São cerca de 160 anos no processo de mistura cultural que caracteriza o Brasil. Presente em todo o estado da Bahia, ele é especialmente forte e mais conhecido na região do Recôncavo, a faixa da terra que se estende em torno da Baía de Todos os Santos.

Os bens imateriais reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil são práticas, conhecimentos, expressões e manifestações presentes no cotidiano das pessoas e representativas de um sentimento coletivo de pertencimento e identidade. O título de Patrimônio Cultural atribuído ao Samba de Roda ressalta as características de um gênero que tornou-se símbolo do Brasil, constituindo-se como importante representação da herança negro-africana trazida pelos antepassados.<sup>7</sup>

No capítulo “Chove chuva” afirma-se que “Lundu, tango brasileiro, choro e maxixe foram alguns dos gêneros e ritmos que chegaram à superfície, que foram aceitos pela sociedade branca de consumo. Mas não eram os únicos gêneros e ritmos que existiam. O processo de construção da música brasileira é feito muito mais de perdas do que de ganhos. Pensar a história somente por essa linha do lundu e do maxixe é pensar no consumo branco da cultura negra, e não na história da cultura negra. Entraram lundu, maxixe e samba, mas e o que não entrou? E o que não foi gravado?”. Também se defende a ideia de que formas de resistência negra “são frequentemente apropriadas como signos de brasilidade”.

7. Adaptado de “Samba de Roda no Recôncavo Baiano completa 18 anos como Patrimônio Cultural do Brasil”. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 17 out. 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5yzntp62>>. Acesso em: 8 maio 2025.







- a) F, V, V, F, F.
- b) F, F, V, V, V.
- c) F, F, V, F, V.
- d) V, V, F, V, F.
- e) V, F, F, F, V.

#### EXERCÍCIO 4 — TESTANDO OS TESTES 2

Dois clássicos de Carnaval foram compostos por mulheres negras: “Ô Abre Alas”, de Chiquinha Gonzaga, e o mais famoso frevo, conhecido como “Marcha nº 1 Vassourinhas”, de Joanna Baptista Santos. Considerando esse cenário musical e as compositoras negras em questão, qual das alternativas a seguir está **incorreta**?

- a) Chiquinha Gonzaga agregava a rítmica africana a valsas, polcas e tangos, encaminhando essa música para que se tornasse brasileira.
- b) Na sociedade escravista, imperial, os dois grandes elementos sociais executores de música foram a mulher e o escravizado.
- c) Chiquinha Gonzaga foi invisibilizada e, mesmo quando reconhecida, embranquecida, pois era uma mulher negra de pele clara.
- d) Joanna Baptista Santos era uma mulher preta, cujas tentativas de “embranquecimento” pela sociedade teriam sido bem mais difíceis.
- e) Joanna Baptista Santos ficou famosa e foi reconhecida por sua composição, pelo fato de que o seu frevo tornou-se o mais famoso de todos.

#### EXERCÍCIO 5 — AGORA É COM OS ESTUDANTES

Leia a seguir um trecho da coluna de Jeferson Tenório:

Não é de hoje que o samba, o funk e o rap são associados à criminalidade. Desde que o Brasil é o Brasil, grande parte das formas de manifestações culturais negras foram alvos de perseguição. O que todos esses ritmos têm em comum? Fazem parte de uma cultura negra, periférica e jovem. Isto é, estamos diante de mais uma herança de um país escravocrata: o ódio pela arte produzida e forjada nas vivências negras. O funk e o rap têm sofrido uma série de perseguições nos últimos anos com alguns casos emblemáticos. Em todos os casos, a acusação era a mesma: apologia ao crime e ao uso de drogas em suas músicas. Neste mês, vereadores de São Paulo protocolaram um projeto de lei que proíbe a contratação direta ou indireta de shows em que artistas façam apologia ao crime e ao uso de drogas. A lei é racista porque tem como alvo, na verdade, artistas, negros e jovens da periferia. Se o projeto de fato for adiante, só irá reforçar ainda mais o preconceito contra artistas negros, contra o rap, contra toda uma cultura negra de resistência e arte.<sup>8</sup>

Com base no texto e na leitura do capítulo “Chove chuva”, discuta a seguinte afirmação: “Quando ouvimos a célula rítmica do tamborzão do funk, as pessoas comparam com o toque do congo de ouro ou com a base rítmica da dança do maculelê. Não é a mesma coisa, mas de alguma manei-

8. TENÓRIO, Jeferson. “Projeto de lei ‘anti-Oruam’ é burro e estimula racismo contra rap e funk”. UOL, 21 fev. 2025. Disponível em: <<https://tinyurl.com/udfnjr83>>. Acesso em: 8 maio 2025.





ra são coisas que estão interagindo. É um patrimônio cultural secular interagindo com as novas estéticas, com as novas linguagens da música negra periférica”.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



## O colono preto

### RECAPITULANDO

A primeira Constituição do Brasil, de 1824, previa instrução “primária e gratuita a todos os cidadãos”. Era considerado cidadão toda pessoa livre, nascida no Brasil; ou portugueses que já moravam aqui desde antes da Independência. Quem não era cidadão e por isso não tinha direito à educação eram os indígenas, os africanos — ainda que fossem livres — e os escravizados.

Em alguns estados, novas leis foram criadas depois de 1871 para reforçar que escravizados não poderiam frequentar a sala de aula, para garantir que nem mesmo os jovens que dali a alguns anos ficariam livres pudessem estudar. Mesmo para quem fosse livre e por isso tivesse o direito de estudar; mesmo para quem fosse, na teoria, um cidadão brasileiro: o que seria o acesso à educação numa sociedade alicerçada na escravidão?

Contudo, se teve uma coisa que o povo negro nunca fez neste país, foi ficar parado. Mesmo com todos os impedimentos, e ainda no período da escravidão, houve pessoas — e muitas — que conseguiram estudar. Pessoas que aprenderam a ler para ensinar seus camaradas. Houve pessoas negras que se tornaram intelectuais. Referências. Revolucionárias. Tão incríveis e inspiradoras, que uma delas dá nome a este projeto.

Na Regência, marcada por grande instabilidade política, começou a pipocar revolta atrás de revolta. A Balaiada, por exemplo, estourou por causa de tensões entre as autoridades locais, simpáticas à Corte, e os proprietários rurais e comerciantes. Uma disputa pelo poder que contou com muita adesão da população: é considerada a maior revolta popular camponesa de todo o período do Império.

Cosme Bento das Chagas foi um dos líderes da Balaiada e é um símbolo para todo o povo negro. Quando estourou a revolta, a fuga de escravizados aumentou. Eles formaram quilombos e participaram da resistência. Cosme teria comandado tropas de mais de 3 mil quilombolas. E, no meio de tudo isso, criou uma escola de primeiras letras — para ensinar a ler e a escrever — em um quilombo em Chapadinha (MA). A escola era uma necessidade. Não era possível ter autonomia, justiça e liberdade sem estudo. O quilombo onde ficava a escola durou dois anos, até que foi destruído pelas forças imperiais. A repressão do Império à Balaiada foi comandada por duque de Caxias (1803-1880). Só na Balaiada, o Império matou cerca de 6 mil pessoas. É por isso que muita gente chama duque de Caxias de “genocida”, mas há quem prefira “pacificador”.

Os registros que ainda existem sobre a escola criada pelo Negro Cosme são dos relatórios da repressão. Vários líderes brancos da Balaiada foram presos e anistiados, mas Cosme foi enforcado em praça pública. Duque de Caxias só se referia ao líder revolucionário como o “infame Cosme”. Era medo — não só de Cosme, mas do que ele representava.

As iniciativas durante o período da escravidão, de pessoas negras criando escolas de primeiras letras, eram comuns. Maria Firmina é um exemplo. Ela criou uma escola mista. Aí percebemos o grau de consciência política e engajamento dessas pessoas, mesmo em um tempo duro e restrito. Maria Firmina dos Reis (1825-1917), maranhense, foi a primeira mulher brasileira — negra, branca, ou de qualquer outra etnia — a publicar um romance. O primeiro romance de autoria feminina no Brasil foi escrito por uma mulher negra, filha e neta de ex-escravizadas. O livro, além de tudo, era abolicionista.

José de Alencar, escritor do romantismo e autor dos clássicos *O guarani* (1857) e *Iracema* (1865), era contemporâneo de Firmina. Em 1867, ele publicou uma “Carta ao Imperador” em que defendia a escravidão e até mesmo o tráfico de escravizados, proibido há dezessete anos. O escravista

branco Alencar é infinitamente mais conhecido e celebrado pela *intelectualidade* brasileira do que a abolicionista Maria Firmina.

Ela foi, antes de tudo, uma precursora. Uma pioneira. Enquanto mulher e enquanto mulher negra. Uma precursora enquanto autora de literatura, e em várias outras instâncias, também no que diz respeito a condição da mulher. Em 1847, essa mulher negra, filha de uma ex-escravizada, fez um concurso para professora, em plena escravidão, e conseguiu ser aprovada mesmo com todas aquelas barreiras.

A escola mista ficava em Guimarães (MA). Durante a vida, Maria Firmina era reconhecida na cidade. Mas, quando morreu, ficou por muito tempo esquecida. Hoje em dia, os alunos de Guimarães se identificam com ela. Na região há muitas comunidades quilombolas e os alunos são dessas comunidades. Então, ter uma mulher negra como referência faz com que se sintam valorizados. Ainda mais porque as famílias são todas afrodescendentes. Há centenas de comunidades quilombolas nessa região entre São Luís e Guimarães.

Contar histórias de superação traz o risco de cairmos no discurso raso da *meritocracia*. Como se esses casos — que são a exceção — fossem a resposta para tudo. Como se todos os anos de impedimento de acesso ao ensino antes da Abolição, e a sequência de ensino precarizado e racista; como se tudo isso pudesse ser resolvido se as pessoas tivessem *força de vontade*. É uma obviedade, mas precisamos sempre lembrar: educação é um dever do Estado para com todos os cidadãos. Se a balela da meritocracia fosse verdadeira, difícil imaginar mérito maior do que o de quem realmente trabalhou para produzir todas as riquezas do Brasil; para possibilitar que filhos de brancos pudessem fazer faculdade, até fora do país; para gerar as heranças que hoje pagam a educação dos descendentes desses senhores e sinhás.

Em 1851, Manuel Raimundo Querino nasceu em Santo Amaro da Purificação, na Bahia. Aos quatro anos, ele perdeu os pais. Negro e livre, o menino foi entregue a um tutor, que o ensinou as primeiras letras. E, naquela época, era extremamente raro que qualquer pessoa, branca ou negra, soubesse ler e escrever. Nem 20% das pessoas livres sabiam.

Na vida adulta, ele foi professor. Também foi sindicalista, fundou dois jornais, foi carnavalesco, um dos diretores de um grupo afro chamado Pândegos da África, um dos precursores nos estudos sobre o candomblé. E, num determinado momento, ele começou a escrever. Um intelectual negro que também foi militante, jornalista, abolicionista, líder operário, político, vereador, funcionário público. E isso antes de começar a escrever. Porque ele só publicou depois de se aposentar. E aí tornou-se o primeiro historiador da arte baiana. Foi o pioneiro dos estudos da antropologia culinária da Bahia. Ele também foi o primeiro intelectual negro a reivindicar a contribuição positiva do africano e seus descendentes à civilização brasileira. Querino fez tudo isso num momento em que reinava no Brasil a ideia do racismo dito *científico*. Eu uso o “dito” porque não havia comprovação científica para nenhuma das teorias.

Quando Manuel Querino começou a trabalhar, a fazer as suas pesquisas, quis usar o seu próprio exemplo para mostrar que essa ideia do negro como boçal ou burro era justamente por falta de oportunidade de estudar.

Uma publicação de Querino, de 1918, é um documento incrível. A começar pelo nome: *O colono preto como fator da civilização brasileira*. Olha a palavra que ele escolheu: “colono”, aquele que habita uma colônia; que é membro, que é parte. Querino colocou o negro para dentro da história oficial: não como o escravizado subserviente, sem agência e conhecimento, que só servia para executar ordens; mas como parte do todo, e uma parte crucial. Como protagonista.

Nesse livro, ele escreveu que “o colono preto é a principal figura, o fator máximo” da nossa riqueza econômica, “fonte da organização nacional”. E o intelectual também foi bem direto ao tratar dos senhores brancos, que, segundo ele, eram dotados de cobiça, de parasitismo. Já os africanos eram “heróis”, lutando “com heroísmo inigualável, em favor de sua liberdade”.

Querino fez isso na virada do século 19 para o 20, quando as autoridades e a academia viam o negro apenas como um problema a ser resolvido. Por isso que ele é tido como o primeiro intelectual brasileiro a tratar positivamente o africano e o afrodescendente na nossa história, a reconhecer o protagonismo das pessoas negras na formação do Brasil. E por isso decidimos dar ao projeto o nome de Querino. Como uma forma de homenagem, de reconhecimento a alguém que veio antes e que abriu os caminhos. Se Manuel Querino não é reconhecido e conhecido como deveria, é por puro preconceito.

Esse ideal da educação como forma de ascensão socioeconômica foi central para todos os movimentos negros que surgiram no pós-Abolição. Era um dos pilares da Frente Negra Brasileira, por exemplo, fundada em 1931. Na educação, quem sempre quis dividir, segregar e separar foi o branco. Quem entregou a educação brasileira para a iniciativa privada, na ditadura militar, enfraquecendo ainda mais a já combatida educação pública, foi o branco.

Mas, de novo, o negro não cruzou os braços. Em 1995, quando o assassinato de Zumbi dos Palmares completou trezentos anos, os movimentos negros reuniram 30 mil pessoas em Brasília, num 20 de novembro, na marcha Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida. O Movimento Negro Unificado entregou ao presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, um documento histórico com um diagnóstico da desigualdade no Brasil e propostas para reverter esse quadro. Entre elas, estava a criação de ações afirmativas para o acesso de negros aos cursos profissionalizantes, às universidades e às áreas de tecnologia de ponta.

Em 2000, foi aprovada a primeira lei estadual de cotas. Em 2003, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, foi sancionada a lei no 10 639, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileiras — resultado de décadas de lutas e pressão dos movimentos negros. Em 2008, uma nova lei incluiu a obrigatoriedade de ensino também da história indígena — mas, tal qual a anterior, a legislação é descumprida na maior parte dos casos.

Em 2009, o partido Democratas ajuizou uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa. Houve uma audiência pública no STF, antes da votação, e um dos discursos foi de Sueli Carneiro, ativista e filósofa, precursora do feminismo negro brasileiro. Ela disse que estavam em jogo dois projetos distintos de nação — um ancorado no passado; outro, que dialogava com o futuro: “O que esperamos desta Suprema Corte: que ela seja parceira e protagonista de um processo de aprofundamento da democracia, da igualdade e da justiça social”. Em 2012, os ministros do STF decidiram por unanimidade que as políticas de ação afirmativa são constitucionais.

Depois que o STF confirmou a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa no ensino, a então presidente Dilma Rousseff sancionou a chamada “Lei de Cotas”, que está em vigor até os dias de hoje. E um monte de gente fala uma porção de bobagens sobre essa lei. Dizem, por exemplo, que as cotas “deveriam ser sociais, mas não raciais”. Só que as cotas já são sociais. De todas as vagas oferecidas, metade são para estudantes das escolas públicas. Dentro dessa fatia — percebam: dentro dessa fatia — é que são reservadas as vagas para negros, indígenas e pessoas com deficiência (e, desde a atualização da lei, em 2023, também quilombolas), proporcionalmente, de acordo com a porcentagem desses grupos em cada estado.

Como lembram Cida Bento e Flavio Carranço, “até bem pouco tempo atrás tínhamos nas universidades uma cota não explicitada de quase 100% para a juventude branca”. Isso não incomodava na época, e parece não incomodar hoje, os que ainda insistem em atacar as cotas. Haja paciência para lidar com tanta desonestidade intelectual.

O que seria do Brasil sem Manuel Querino, Maria Firmina dos Reis, Machado de Assis e Sueli Carneiro? Quantos talentos brasileiros já não se perderam, quantos ainda se perdem e quantos se perderão simplesmente por oportunidades que estão sendo negadas?



## EXERCÍCIOS

### EXERCÍCIO 1 — APROFUNDAMENTO

Leia o texto a seguir:

A memória da escritora negra que narrou suas histórias de vida, ganhou o mundo e caiu no esquecimento antes de morrer tem sido resgatada. A mineira Carolina Maria de Jesus (1914-1977), mãe de Vera Eunice, João José e José Carlos, foi catadora de papel e moradora da periferia de São Paulo. Ela vivia na Favela do Canindé, na zona norte, quando mostrou seus escritos para o jornalista Audálio Dantas (1929-2018), que publicou alguns textos no jornal em que trabalhava. Esses e outros relatos seriam editados no livro mais famoso da autora, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960). O sucesso da primeira publicação permitiu que Carolina fosse morar no bairro de Santana, ainda na zona norte.

A bagagem literária de Carolina vai muito além da vida na favela do Canindé. Apesar de ter escrito romances, peças de teatro, crônicas e composições musicais, a crítica literária e a imprensa a colocaram em um lugar estereotipado e subalternizado, apontam estudiosos e pesquisadores. “Carolina teve sucesso meteórico em vida e também em vida caiu no ostracismo”, escreveu a jornalista Maria Fernanda Rodrigues. “Tem sido redescoberta nos últimos anos, tornou-se leitura obrigatória em vestibular e começa a ser apresentada agora em suas múltiplas facetas: a escritora politizada que expõe a crueza da fome e da vida na favela; a catadora de papel que preferia roupas com bolso para ter sempre consigo um lápis porque escrever, para ela, era urgente e essa urgência poderia surgir a qualquer momento; a autora de romances, contos, poemas, músicas.”

*Quarto de despejo* foi lançado em quarenta países e traduzido para dezesseis línguas. A nova edição em português preserva a escrita original da autora, uma filha de analfabetos que teve a breve oportunidade de estudar e encontrou na escrita uma voz própria original e importante. A fome é um tema forte em sua produção, que também revela uma Carolina preocupada com a educação e a formação cultural dos filhos. Vera Eunice de Jesus, a única mulher, hoje é professora de Língua Portuguesa e se encarrega de construir o acervo de produções da escritora, proteger e projetar a memória da mãe.<sup>9</sup>

A partir da leitura do trecho e do capítulo “Colono preto”, relacione as trajetórias de Carolina Maria de Jesus e Maria Firmina dos Reis.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

9. Adaptado de NUNES, Eduarda. “Consciência negra: um Brasil de muitas Carolinas”. *Estadão*, 5 nov. 2021. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mr2cfm8p>>. Acesso em: 12 maio 2025.





## EXERCÍCIO 2 — DISCUTINDO OS TEMAS

Leia o texto a seguir:

O tema da redação do Enem 2024 é “Desafios para a valorização da herança africana no Brasil”. Há muitos debates possíveis de serem feitos sobre o assunto. Um deles inclui a Lei nº 10 639, que apesar de ter tornado obrigatório o ensino da história afro-brasileira nas escolas há 21 anos, ainda hoje não é aplicada com rigor. Um estudo realizado pelo Instituto Alana e Geledés Instituto da Mulher Negra apontou que 71% das secretarias municipais de educação realizam pouca ou nenhuma ação para a efetividade da norma. O estudo, divulgado no ano passado, ouviu gestores de 1 187 secretarias municipais de educação, o que corresponde a 21% das redes de ensino dos municípios, sobre o cumprimento da Lei nº 10 639/03, que tornou obrigatório o ensino para o combate ao racismo nas escolas há 21 anos.

Os municípios são os principais responsáveis pela educação básica. Do total, constatou-se que 29% das secretarias têm ações consistentes e perenes de atendimento à legislação; 53% fazem atividades esporádicas, projetos isolados ou em datas comemorativas, como no Dia da Consciência Negra (20 de novembro); e 18% não realizam nenhum tipo de ação. As secretarias que não adotam nenhuma ou poucas ações, juntas, somam 71%.

Sancionada em janeiro de 2003, a Lei nº 10 639/03 alterou a legislação máxima da educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e inseriu o ensino de história e cultura afro-brasileira no currículo da educação pública e privada do país, em um marco importante na luta do movimento negro por direitos, e uma conquista de todos os brasileiros.<sup>10</sup>

A partir da história da Lei nº 10 639/03, discutida no trecho e no capítulo “Colono preto”, redija um comentário discutindo os temas do apagamento e da resistência negra no contexto da educação brasileira.

---

---

---

---

---

---

---

---

## EXERCÍCIO 3 — TESTANDO OS TESTES 1

“Decidimos dar ao projeto o nome de Querino como uma forma de homenagem, de reconhecimento a alguém que veio antes e que abriu os caminhos. Se Manuel Querino não é reconhecido e conhecido como deveria, é por puro preconceito.”

Com base no enunciado fornecido, assinale com verdadeiro (V) ou falso (F) as afirmações a seguir e escolha a alternativa que apresenta a sequência correta:

10. DIAS, Pâmela. “Tema da redação do Enem: lei que obriga ensino afro-brasileiro nas escolas não é aplicada em 71% das cidades”. *Estadão*, 3 nov. 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4n3m7hmu>>. Acesso em: 12 maio 2025.





1. ( ) Negro alforriado, Manuel Raimundo Querino levou para suas obras a memória dos tempos de escravidão e as reflexões sobre o trabalho cativo.
2. ( ) Na época em que Manuel Raimundo Querino escreveu, as autoridades e a academia viam o negro apenas como um problema a ser resolvido.
3. ( ) Manuel Raimundo Querino reconhecia o colono preto como o fator máximo da nossa riqueza econômica e os heróis que lutavam por liberdade.
4. ( ) Para Manuel Raimundo Querino, os senhores brancos eram dotados de persistência e iniciativa econômica, e não de cobiça ou parasitismo.
5. ( ) Manuel Raimundo Querino foi o primeiro intelectual negro a reivindicar a contribuição positiva do africano e seus descendentes à civilização brasileira.

- a) F, V, V, F, V.
- b) F, F, V, F, V.
- c) F, F, V, F, V.
- d) V, V, F, V, F.
- e) V, F, F, V, F.

**EXERCÍCIO 4 — TESTANDO OS TESTES 2**

Considerando a revolta da Balaiada e a liderança de Cosme Bento das Chagas, qual das alternativas a seguir está incorreta?

- a) Cosme Bento das Chagas foi um dos líderes da Balaiada e é um símbolo para todo o povo negro.
- b) Na Balaiada, Cosme Bento das Chagas teria comandado tropas de mais de 3 mil quilombolas.
- c) Em meio à Balaiada, Cosme criou uma escola de primeiras letras — para ensinar a ler e a escrever — em um quilombo.
- d) Os principais registros sobre a escola criada pelo Negro Cosme são oriundos da tradição oral, e não de documentos escritos.
- e) Duque de Caxias se referia a Cosme Bento das Chagas como o “infame Cosme” pelo medo do que ele representava.

**EXERCÍCIO 5 — AGORA É COM OS ESTUDANTES**

Leia o texto a seguir:

O percentual de estudantes pretos, pardos e indígenas nas universidades brasileiras era historicamente muito baixo. Em 1999, eles eram apenas quinze a cada cem estudantes, embora representassem quase metade da população brasileira. A partir de 2000, a participação de negros e indígenas só aumentou, graças a políticas públicas de ação afirmativa e democratização do ensino superior. A Lei de Cotas, instituída em 2012, foi decisiva para esse processo ao reservar para negros, indígenas e alunos da escola pública pelo menos 50% das vagas disponíveis no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), principal porta de entrada na universidade. Com isso, a parcela de alunos negros e indígenas nas universidades triplicou em vinte anos no Brasil: em 2019, eles eram 46 a cada cem.





Até hoje, porém, que a democratização do acesso à universidade não se deu de forma igual em todos os cursos. Estudantes negros e indígenas ainda estão sub-representados em cursos considerados “de elite”, como medicina, direito e as engenharias. Para especialistas, questões estruturais, como a qualidade do ensino básico e a altíssima competitividade nos exames de ingresso nas universidades, acabam atrapalhando uma distribuição igualitária das vagas em todas as áreas.<sup>11</sup>

Com base no texto e na leitura do capítulo “Colono preto”, discuta a seguinte afirmação de Cida Bento e Flavio Carrança: “Até bem pouco tempo atrás, tínhamos nas universidades uma cota não explicitada de quase 100% para a juventude branca”.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

11. CEARÁ, Lianne; AMOROZO, Marcos; BUONO, Renata. “Proporção de negros e indígenas nas universidades triplicou em 21 anos no Brasil”. *Piauí*, 13 maio 2021. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mwzfjr3c>>. Acesso em: 12 maio 2025.



## Os piores padrões

### RECAPITULANDO

O que mais incomoda na cena final da novela *Sinhá Moça* (1986), da TV Globo, é a ideia, cristalizada até hoje na mente de algumas pessoas, de uma transição quase que “automática” entre o trabalho escravo e o trabalho livre. Como se tivesse sido de uma hora para outra; como se já não tivesse começado muito antes — porque muitas pessoas negras já tinham conquistado a própria liberdade e trabalhavam livres há muito tempo.

Como se o europeu tivesse sido trazido para finalmente superar uma suposta *inaptidão* do trabalhador africano e afrodescendente. Como se o negro fosse um incapaz, um preguiçoso; como se agora o país enfim pudesse avançar — não porque acabaram com a obscenidade que foi a escravidão, mas porque o trabalho seria finalmente executado por mãos mais capazes: o *grande trabalhador europeu*.

Você sabe por que houve um incentivo à migração europeia? Já que não dava mais para explorar os negros escravizados, a elite branca e as autoridades queriam dizimar essa parcela da população. Branquear. Mas sabemos também que, em um país construído graças a mais de trezentos anos de escravidão, o simples fato de um trabalhador ser branco, europeu, de ter os olhos claros e o cabelo liso, já representava um privilégio e um baita diferencial na hora de disputar uma vaga de emprego com uma pessoa negra.

Depois da Abolição, patrões e patroas por muito tempo não tiveram a menor vergonha de incluir, em anúncios de vagas — mesmo as de pior remuneração —, a exigência da cor. Em um caso de 1997, uma trabalhadora decidiu ligar para o número de um anúncio. Após ser informada que, por ser negra, não cumpria com os requisitos do cargo, Simone André Diniz registrou queixa por racismo na Polícia Civil de São Paulo.

Na Constituição de 1988, foi estabelecido que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. No começo do ano seguinte, foi sancionada a Lei nº 7 716/89, que tipificou os “crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor”, como “proporcionar ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de trabalho, especialmente quanto ao salário”. Em 1997, nada disso importou. O juiz acatou o pedido do promotor e arquivou o caso.

Um grupo de juristas e de movimentos negros denunciou o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Em 2006, a Corte responsabilizou o Estado brasileiro por violações aos direitos humanos de Simone. Na decisão, doze recomendações foram feitas ao país: entre elas, a de promover a “educação” de funcionários do Judiciário e das polícias para “evitar ações que impliquem discriminação nas investigações ou no processo” em casos de denúncias de racismo.

Em 1º de novembro de 2019, a cuidadora Eliangela Carlos Lopes estava no trabalho, na casa de uma paciente, quando recebeu uma mensagem em um grupo de divulgação de vagas para cuidadoras: “A Home Angels Centro Sul me ligou agora requisitando dez folguistas para trabalhar como plantonistas. Únicas exigências: não podem ser negras, gordas e precisam de pelo menos três meses de experiência”.

Vinte e dois anos separam os casos de Simone André Diniz e de Eliangela Carlos Lopes. Ambos só vieram à tona porque duas mulheres negras, ao se depararem com anúncios racistas, reagiram. A forma como o Judiciário agiu em ambos os casos chama a atenção, claro, mas e as pessoas brancas que viram os mesmos anúncios e cruzaram os braços diante dos crimes?

Casos de racismo não têm um “lado bom”. Mas, em meio a todo o sofrimento imposto a Eliângela, um aspecto é interessante: foi por já ter uma consciência racial e política que ela não aceitou o racismo e denunciou o crime. E essa informação ela adquiriu quando trabalhava na casa de uma família negra, de uma médica negra de Belo Horizonte. E isso sempre foi comum no Brasil: pessoas negras, quando têm alguma oportunidade e conseguem alguma ascensão socioeconômica, geralmente não ascendem sozinhas — costumam ajudar também outras pessoas do seu entorno.

Diferentemente do que está cristalizado no imaginário das pessoas, o trabalho no Brasil não começou quando foi assinada a Lei Áurea. A história social do trabalho no Brasil contém, em si mesma, um processo de exclusão: nela não figura o trabalhador escravo.

Outra ideia que também precisa acabar é a de que o escravizado seria desprovido de conhecimento; um “bicho” que foi trazido para o Brasil só para executar o que era mandado. Os povos africanos trouxeram consigo suas tecnologias, e isso ficou marcado logo que foram aportados aqui, lá no século 16: eram povos de sociedades que já desenvolviam a pecuária e sistemas agrícolas complexos. Nos engenhos, muitos africanos assumiam o posto de mestre de açúcar, a principal função na etapa de beneficiamento da cana, a transformação de melaço em açúcar refinado. No começo do ciclo do ouro, os exploradores eram basicamente catadores que encontravam pepitas aqui e ali, até que uma técnica, trazida pelos africanos, mudou esse jogo: a bateia, que servia para tirar ouro do curso dos rios. Também graças aos africanos foi possível extrair ouro do cascalho e das encostas dos morros — uma atividade que eles já desempenhavam em seus países de origem.

A historiadora Natália Garcia Pinto analisou 244 anúncios de compra, venda e aluguel de escravizados homens publicados entre 1848 e 1852, no Rio Grande do Sul, e listou 44 profissões diferentes: cozinheiro, pintor, marinho, alfaiate, marceneiro, ferreiro, charqueador, tanoeiro. Ou seja: não dá para dizer que faltava qualificação. E, como você já leu, as pessoas negras não trabalhavam só na condição de escravizados, mas também quando livres. Afinal, mesmo durante o período da escravidão, um contingente enorme de pessoas negras conquistou a própria liberdade.

E frisar isso é importante para subverter a imagem única do escravizado subserviente, sendo torturado no tronco. Não se trata de negar as dores da escravidão, que obviamente existiram, mas de confrontar essa “matriz de sentido” que coloca as pessoas negras somente no lugar de “escravizadas”. O mesmo país que parece ser tão eloquente na sua ação escravista também foi o país que, no início do século 19, respondia pela maior população de gente negra livre e liberta das Américas. Dezesesseis anos antes da Abolição, de cada quatro pessoas negras no Brasil, três eram livres. Como os escravistas não largavam o osso, era frequente que brancos submetessem pessoas negras livres à escravidão ilegal.

Os trabalhadores negros livres foram responsáveis pela criação dos primeiros sindicatos do país, como o dos estivadores do porto do Rio de Janeiro, fundado em 1903.

O que marcou a contribuição portuguesa, europeia e branca nos séculos de formação do Brasil foi, sobretudo, a preguiça. A balela de que o escravizado era preguiçoso surgiu com o projeto político de desqualificação da população negra para legitimação das políticas públicas de imigração.

A preguiça das elites era tanta que as mães brancas não podiam nem amamentar os seus próprios bebês. E isso está representado na figura da ama de leite. Ter uma ama de leite era uma prática tão enraizada que as madames continuaram obrigando mulheres escravizadas a amamentar. Era um sinal de *status*.

Com o tempo, tornou-se outra fonte de lucro. Quando a escravizada ficava grávida, era anunciada em jornais: colocada para aluguel. Se a ama de leite estivesse desacompanhada, valeria até o triplo. Então, para poder lucrar ainda mais, muito senhor simplesmente desaparecia com essas crianças: vendia, abandonava na rua, deixava na roda dos expostos — uma instituição da Igreja que cuidava das crianças abandonadas.

Não é muito diferente do que acontece hoje com a figura da babá. Não essa parte de desaparecer com os filhos, claro, mas quantas babás não passam a vida inteira tomando conta dos filhos dos outros, sem poder cuidar dos seus?

A profissão de babá ainda guarda muitos elementos do período da escravidão. Mas não é a única. Em boa parte dos casos, a babá também precisa ser cozinheira, passadeira, faxineira. Precisa ser até gestora do lar e da vida das pessoas que moram ali. É uma trabalhadora doméstica, profissão que nem de longe recebe a remuneração ou o reconhecimento por todo esse acúmulo de funções. A origem do trabalho doméstico no Brasil está na escravidão. A sociedade brasileira tem muitos resquícios da escravidão. Muitos. Mas é difícil pensar em uma relação profissional em que patrões assumam tanto a postura de *senhor* e de *sinhá* quanto na do trabalho doméstico. Não sei se existe algo mais *brasileiro* do que a dependência que a classe média e as elites têm do trabalho doméstico. Eu não digo que o trabalho doméstico é um dos piores trabalhos. Mas que tem os piores patrões, tem.

Outro exemplo de como o trabalho doméstico é visto no Brasil como “menos” trabalho é a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que regulamentou as relações trabalhistas no Brasil, em 1943. O trabalho doméstico simplesmente ficou de fora. E foi assim por mais setenta anos. Só em 2013, com a aprovação da “PEC das Domésticas” — que sofreu ataques de patroas, patrões, da classe política e da mídia —, as trabalhadoras domésticas finalmente tiveram seus direitos equiparados aos das demais profissões.

Foi uma conquista das mulheres negras, empregadas domésticas. Não foi uma conquista dada por algum homem branco ou mulher branca. Foram as próprias trabalhadoras domésticas, foram as próprias mulheres negras.

Certa vez, em 1914, portanto quase trinta anos após a Abolição, Laudelina de Campos Melo viu a mãe sendo chicoteada pelos patrões. Após se tornar também ela trabalhadora doméstica, Laudelina criou em 1936 o que é considerado o primeiro sindicato da categoria no Brasil: a Associação de Empregadas Domésticas de Santos (SP). Daí, nos anos 1950, Laudelina se mudou para Campinas (SP), onde criou uma outra associação para as trabalhadoras domésticas. Quando os militares deram o golpe de 1964, a associação foi fechada. Com a redemocratização, a associação de Laudelina foi reaberta em Campinas e, com a Constituição de 1988, transformada em sindicato. A ativista morreu em 1991, aos 86 anos, mas antes doou sua casa para o sindicato das trabalhadoras domésticas.

Eles achavam, e até hoje acham, que a empregada doméstica não contribui para a nação e que a empregada doméstica não traz, dentro do bojo da nação, economia. Ela não traz economia para a própria nação, mas traz para o patrão dela, porque é ela quem dá cobertura para a riqueza do patrão.

Em 2012, veio a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a “PEC das Domésticas”. E começou a polêmica: muita gente considerou uma *audácia* a exigência de direitos para a trabalhadora doméstica e a tentativa de finalmente equiparar a profissão às demais categorias profissionais do Brasil. Na Câmara, a relatora foi a então deputada Benedita da Silva — a primeira mulher negra no Brasil a ocupar os cargos de vereadora do Rio de Janeiro (1982), deputada na Assembleia Constituinte (1988), senadora (1994) e governadora (2002) —, que já foi trabalhadora doméstica. No debate público, havia um discurso muito forte de que isso destruiria as famílias porque os patrões não teriam mais como contratar trabalhadoras domésticas e, por isso, não teriam mais como desenvolver bem as suas atividades.

E isso é revelador do ressentimento que os governos de esquerda no Brasil, notadamente os governos de Lula e Dilma, geraram na classe média e na elite em relação a ascensão das classes mais baixas. A PEC das Domésticas, aprovada e sancionada durante o governo Dilma, é um dos elementos que alimentou o ressentimento em relação ao antipetismo por causa dessa lógica de que teria destruído a cultura familiar.



E, considerando toda a lógica de cultura da servidão que remonta a escravização no Brasil, entendemos de onde vem esse ressentimento. Porém, as famílias vão encontrando os seus jeitinhos de continuar se valendo do trabalho doméstico ao largo da regulamentação. O contexto da pandemia só agravou isso. Infelizmente, o trabalho doméstico é um dos focos desse desrespeito aos direitos trabalhistas. Porque é um trabalho que acontece num ambiente que favorece muito isso. É uma forma mais difícil de ser fiscalizada, porque se dá no interior das casas.

Então, d. Laudelina sempre trabalhou contra isso: empregada doméstica não é mordomo. Empregada doméstica não é governanta. Ela queria que as empregadas domésticas tivessem orgulho do trabalho. E que pudessem reivindicar o respeito, porque é um trabalho como outro qualquer. Ela lutou para que o emprego doméstico fosse valorizado e para que as empregadas pudessem fazer aquilo que quisessem.





## EXERCÍCIOS

### EXERCÍCIO 1 — APROFUNDAMENTO

Leia os textos a seguir:

#### Texto 1

Estima-se que a Mina do Veloso, em Ouro Preto, exista há trezentos anos. Ela ajuda a recontar o trabalho de extração de ouro feito no século 18. A mina tem quinhentos metros de extensão, mas somente parte dela, trezentos metros, pode ser visitada. Neste perímetro, é possível ver salões com poços d'água e diversas áreas de garimpo, além de pequenas valas por onde escorriam filetes de água, usada na mineração.

Segundo o pesquisador e engenheiro civil Eduardo Ferreira, os negros trouxeram da África o conhecimento de engenharia para fazer o trabalho aqui no Brasil “porque o português não sabia mineirar”. A mineração e o comércio de ouro já existiam no continente africano antes do Brasil ser dominado pelos portugueses, disse Ferreira.

“A gente foi aprofundando essa história de quem são os mineradores que vieram pra cá, principalmente os africanos”, conta, explicando que, após o primeiro pico de mineração no Brasil — que era de aluvião, feita no rio —, foi necessário usar uma mão de obra especializada para a mineração subterrânea nas minas.

O engenheiro, envolvido com estudos sobre o período da mineração desde 2005, diz que Ouro Preto é o embrião da mineração brasileira. “Todas as técnicas que foram usadas aqui hoje são industrializadas”, fala. “É um patrimônio da humanidade pela história que carrega”.<sup>12</sup>

#### Texto 2

Na colônia, o trabalho manual era considerado coisa própria de escravo e a maioria dos trabalhadores livres buscava se distanciar deste tipo de trabalho, para não deixar dúvidas quanto à sua condição social. É desta forma que muitos negros escravizados tornaram-se aprendizes, oficiais e, em menor escala, mestres de corporações de ofício.

Entre os diversos ofícios, os negros destacaram-se em pelo menos três atividades: ourives, ferreiros e barbeiros.

A ourivesaria foi o ofício que concentrou o maior número de oficiais de origem negra. Os conhecimentos trazidos do continente africano, aliados à alta demanda por joias e adornos, tornou lucrativo o aluguel de escravos oficiais de ourivesaria. As joias crioulas que ornamentavam os pulsos, colos e orelhas das negras das irmandades baianas e mineiras atestam a presença do artífice negro nas corporações de ourives.

A produção de ferro teve início no Brasil ao longo do século 18, na região de Sorocaba (SP), aproveitando o minério lá encontrado e as técnicas e conhecimentos trazidos por escravos africanos. Mais tarde, no século 18, a exploração de ouro e a alta demanda por produtos de ferro nas Minas Gerais propiciou o surgimento das várias pequenas usinas metalúrgicas, a maior parte delas formadas por aprendizes e oficiais negros.

A pequena quantidade de médicos e cirurgiões na colônia tornou o trabalho de cirurgião-barbeiro muito comum nas cidades. Estes trabalhadores, negros e pardos em sua maioria, eram especializados em práticas de sangria, incisão, aplicação de ventosas e extração de dentes.<sup>13</sup>

A partir dos dois textos e da leitura do capítulo “Os piores patrões”, explique a ideia de que “o escravizado seria desprovido de conhecimento; um ‘bicho’ que foi trazido para o Brasil só para executar o que era mandado. Os povos africanos trouxeram consigo suas tecnologias”.

12. Adaptado de MARIE, Michele. “Mina do Veloso reconta a história do negro na extração de ouro em MG”. G1 Minas Gerais, 8 jun. 2015. Disponível em: <<https://tinyurl.com/bddctht5>>. Acesso em: 13 maio 2025.

13. “Ofícios e corporações no Brasil escravocrata: ofícios e corporações no Brasil escravocrata”. Museu Afro Brasil Emanuel Araújo, nov. 2012.





---

---

---

---

---

## EXERCÍCIO 2 — DISCUTINDO OS TEMAS

Leia os textos a seguir:

### Texto 1

As mulheres representam 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico no Brasil, das quais 65% são negras. Além disso, a maioria está acima dos quarenta anos e tem renda média inferior a um salário mínimo. Este é o perfil básico dessas trabalhadoras, divulgado pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (Dieese) em 2022.

Segundo os dados do IBGE reunidos pelo Dieese, o rendimento médio mensal das domésticas caiu de R\$ 1.016, em 2019, para R\$ 930 em 2021. Segundo a entidade, houve queda em todas as regiões. As trabalhadoras sem carteira ganharam 40% a menos do que as com carteira. Já as mulheres negras no serviço doméstico receberam 20% a menos do que as não negras.

Cerca de 32% dessas trabalhadoras tinham menos de um ano no serviço enquanto 19,2% estavam no mesmo emprego há mais de dez anos.

Em abril de 2013, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 72, também chamada de PEC das Domésticas. Esse dispositivo, regulamentado em 2015 pela Lei Complementar nº 150, estendeu aos trabalhadores domésticos direitos como jornada semanal de 44 horas, FGTS, multa por dispensa sem justa causa, adicional por trabalho noturno, salário-família, entre outros.

Mesmo assim, quase uma década depois, 76% das trabalhadoras domésticas (4 milhões) não possuem carteira assinada, contra 24% (1,2 milhão) que possuem.<sup>14</sup>

### Texto 2

A despeito da importância que possuem nesta economia dos cuidados, as trabalhadoras domésticas constituem uma das mais precárias categorias do mercado de trabalho brasileiro, com baixa proteção social, baixos salários, jornadas extensas e uma vivência marcada por situações de assédios frequentes.<sup>15</sup>

A partir da leitura dos textos e do capítulo “Os piores patrões”, explique a ideia de que “a sociedade brasileira tem muitos resquícios da escravidão”, tendo em vista as reflexões sobre o trabalho doméstico.

---

---

---

14. Adaptado de VILELA, Pedro Rafael. “Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país”. Agência Brasil, 27 abr. 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2sbaepfc>>. Acesso em: 13 maio 2025.

15. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Nota Informativa nº 1/2023 MDS/SNCF — As mulheres negras no trabalho de cuidado*. Secretaria Nacional de Cuidados da Família, mar. 2023. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5yckugxy>>. Acesso em: 13 maio 2025.





---

---

---

**EXERCÍCIO 3 — TESTANDO OS TESTES 1**

“D. Laudelina sempre trabalhou contra isso: empregada doméstica não é mordomo. Empregada doméstica não é governanta. Ela queria que as empregadas domésticas tivessem orgulho do trabalho. E que pudessem reivindicar o respeito, porque é um trabalho como outro qualquer. Ela lutou para que o emprego doméstico fosse valorizado e para que as empregadas pudessem fazer aquilo que quisessem.”

Com base no enunciado fornecido, assinale com verdadeiro (V) ou falso (F) as afirmações a seguir e escolha a alternativa que apresenta a sequência correta:

1. ( ) A CLT incluía, desde 1943, o trabalho doméstico como uma das categorias protegidas pela legislação trabalhista, mas tais direitos nunca foram respeitados ou reconhecidos nas casas de família da classe média e da elite.
2. ( ) Laudelina de Campos Melo viu a mãe escravizada sendo chicoteada por seus senhores e decidiu criar em 1936 a primeira associação das trabalhadoras domésticas no Brasil, após se tornar ela própria uma trabalhadora doméstica.
3. ( ) Quando os militares deram o golpe de 1964, a associação das domésticas foi fechada, mas com a redemocratização, a associação de Laudelina foi reaberta e, com a Constituição de 1988, transformada em sindicato.
4. ( ) A “PEC das Domésticas” foi considerada uma audácia por exigir direitos para a trabalhadora doméstica, e pela tentativa de finalmente equiparar a profissão às demais categorias profissionais do Brasil.
5. ( ) Na Câmara, a relatora da “PEC das Domésticas” foi a então deputada Benedita da Silva, a primeira mulher negra no Brasil a ocupar os cargos de vereadora do Rio de Janeiro, deputada, senadora e governadora, e que já foi trabalhadora doméstica.

- a) F, V, V, F, F.
- b) F, F, V, V, V.
- c) F, F, F, V, V.
- d) V, V, F, V, F.
- e) V, F, F, F, V.

**EXERCÍCIO 4 — TESTANDO OS TESTES 2**

“Diferentemente do que está cristalizado no imaginário das pessoas, o trabalho no Brasil não começou quando foi assinada a Lei Áurea. A história social do trabalho no Brasil contém, em si mesma, um processo de exclusão: nela não figura o trabalhador escravo.”

Considerando o cenário do trabalho escravo e das amas de leite, qual das alternativas a seguir está incorreta?



- a) O que marcou a contribuição portuguesa, europeia e branca nos séculos de formação do Brasil foi, sobretudo, o trabalho.
- b) A balela de que o escravizado era preguiçoso surgiu com o projeto político de desqualificação da população negra.
- c) A preguiça das elites era tanta que as mães brancas não podiam nem amamentar os seus próprios bebês, e isso está representado na figura da ama de leite.
- d) Quando a escravizada ficava grávida, era anunciada em jornais e colocada para aluguel, pois o senhor poderia lucrar com a ama de leite.
- e) Amas de leite desacompanhadas poderiam valer mais, então os senhores simplesmente desapareciam com suas crianças: vendiam, abandonavam etc.

### EXERCÍCIO 5 — AGORA É COM OS ESTUDANTES

Leia o texto a seguir:

As estratégias de conciliação da vida familiar, pessoal e profissional podem ser um mecanismo de reprodução das desigualdades — de classe e raciais — entre as próprias mulheres. Por exemplo, a entrada e a permanência de muitas mulheres brancas de um determinado nível de renda no mercado de trabalho se dão em função da existência de um conjunto de mulheres negras que trabalham como cuidadoras, babás ou trabalhadoras domésticas — frequentemente com baixos salários, em condições precárias e sem proteção laboral ou previdenciária —, assumindo em parte o trabalho reprodutivo de mulheres brancas com rendimentos mais elevados.

Em síntese, as mulheres negras são a principal força de trabalho do cuidado — remunerado e não remunerado — no Brasil. São estas mulheres as que, proporcionalmente, mais se responsabilizam por preencher a lacuna de políticas públicas e permitir que crianças, pessoas doentes, idosas e com deficiência recebam os cuidados necessários para a garantia de seu bem-estar. Mais do que isso, são estas mulheres que permitem que um outro importante conjunto de mulheres — brancas e de mais alta renda e escolaridade — possam ingressar no mercado de trabalho com maior liberdade, inclusive para ocupar cargos com níveis mais elevados de remuneração, poder e decisão. E é também este trabalho — não remunerado ou mal remunerado, muitas vezes invisível e frequentemente exercido em condições de precariedade e desproteção — que alivia o Estado e permitiu que este se ausentasse, durante toda nossa história republicana, do conjunto de suas responsabilidades nesse campo. Esse trabalho, contudo, tem um alto custo para as mulheres negras, seja por ser um trabalho não valorizado e não reconhecido social e economicamente, seja porque significa a impossibilidade de oferecer aos seus familiares a mesma quantidade e qualidade do cuidado que oferecem aos outros.<sup>16</sup>

Com base no texto fornecido acima e na leitura do capítulo “Piores padrões”, discuta a seguinte afirmação: “Eles achavam, e até hoje acham, que a empregada doméstica não contribui para a nação e que a empregada doméstica não traz, dentro do bojo da nação, economia. Ela não traz economia para a própria nação, mas traz para o patrão dela, porque é ela quem dá cobertura para a riqueza do patrão”.

16. Adaptado de MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. *Nota Informativa nº 1/2023 MDS/SNCF — As mulheres negras no trabalho de cuidado*. Secretaria Nacional de Cuidados da Família, mar. 2023. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5yckugxy>>. Acesso em: 13 maio 2025.



## A cor dos faraós

### RECAPITULANDO

O terreiro Matamba Tombenci Neto foi fundado em 1885, em uma localidade que fica na zona rural da cidade de Ilhéus: o Engenho Santana, onde houve uma revolução escrava. Foi constituído um documento em que os escravizados pontuaram em carta algumas das suas reivindicações. O dono do engenho pediu ajuda para o juiz do distrito e conseguiu conter a revolta. Na época da Guerra da Independência, a fazenda estava nas mãos de outro senhor e houve uma nova revolta dos escravizados. Só em 1824 as autoridades conseguiram retomar o engenho, e os revoltosos montaram quilombos nas matas.

Foi a partir dos remanescentes desses quilombos que nasceu o terreiro Matamba Tombenci Neto, que é referência na cidade por ser um dos terreiros mais velhos. Então, quando acontece algum caso de intolerância religiosa, de desrespeito, as pessoas naturalmente procuram o terreiro. Houve vários casos em Ilhéus.

Nos últimos anos, os casos de racismo religioso, de terrorismo contra as religiões de matriz africana, têm escalado. É inegável que boa parte dos ataques a religiões de matriz africana, hoje, sejam cometidos por alguns evangélicos, principalmente os neopentecostais. Mas, se pegarmos todos os anos da história do Brasil desde a invasão portuguesa, na maior parte do tempo os católicos é que promoviam os ataques.

E não era somente uma questão religiosa, mas também de negócios: a Igreja católica foi a principal sócia de Portugal na empreitada da colonização e da escravidão, da exploração de mentes e corpos negros por mais de três séculos; do genocídio desse povo. A principal *sócia*. E, por todos esses anos, a Igreja católica foi também a principal responsável por perseguir qualquer manifestação religiosa que não fosse a do catolicismo. Ela deu subsídio moral e ideológico para que a Coroa portuguesa escravizasse os africanos.

Pensar o continente africano antes do tráfico transatlântico é pensar em diversidade. Porque eram povos diferentes. A ideia de África nem existia, foi construída pelos europeus, exatamente com o contato ao longo do tráfico de escravizados e, depois, com o colonialismo, que aí sim define o “outro” como o continente africano. Mas essa identidade “africana” não existia.

A primeira coisa é termos a noção de que é da nossa sociedade separar sagrado e profano. E não sabemos nem se o termo “religião” daria conta para pensarmos nessas práticas espirituais das sociedades africanas. Mas o primeiro ponto a pensarmos é que não há uma separação: o cotidiano está mergulhado em espiritualidade.

A travessia num navio negreiro não era a morte. Era algo pior. Ela corta o seu eixo com seu território. O mar simbolizava esse tempo de ida que não tem volta. E esse mar é o que corta a sua relação com sua linhagem, com o território de onde você veio. Corta a sua relação com a sua história. A morte se dá no processo de travessia. Mas é uma morte feita a partir do desenraizamento, que é muito maior do que a morte física.

E sabe quem também participava do tráfico negreiro? A Igreja católica. No Brasil, a Igreja ganhava por cada escravizado que fosse batizado. E era lei: todo escravizado deveria ser batizado. A religião católica não era só a oficial, mas a única permitida. Outras manifestações religiosas foram classificadas como heresia, feitiçaria, coisa do demônio.

Aí veio a Independência, o Brasil se separou da Coroa portuguesa, mas estava lá na Constituição de 1824: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império”. E a Constituição também dizia que “ninguém pode ser perseguido por Religião, uma vez que respeite

a do Estado, e não ofenda a moral pública”. E você sabe o que sempre foi uma ofensa à moral pública no Brasil? Qualquer traço de africanidade, como as religiões de matriz africana.

Embora carreguem elementos seculares e até milenares, as religiões afro-brasileiras que conhecemos hoje são relativamente recentes: surgiram a partir da segunda metade do século 19. São religiões que nasceram aqui. Com elementos de diferentes sociedades e culturas africanas, mas que nasceram no Brasil. Afro-brasileiras. O candomblé representava uma espécie de retorno momentâneo dos negros exilados no Brasil à África da qual foram tirados pelo escravismo. Ou seja, era através do candomblé que o negro podia, eventual e temporariamente, sair da sociedade branca, católica, escravista, dominante e adversa, para voltar à sua civilização de origem, o mundo negro, o mundo da comunidade, da raiz, da família, da origem e assim em diante.

No Brasil, de uma forma geral, temos uma série de territórios negros. E nesses territórios existem uma série de festividades que dialogam com essa memória da África. Atualmente, ainda temos a presença da rainha Ginga e do rei Congo dentro das irmandades, nisso que chamamos de “afro-catolicismo”. As irmandades negras, dentro da Igreja católica, são consideradas a primeira forma de “associativismo negro” a surgir no Brasil. A Igreja tolerava e até fomentava o surgimento de irmandades negras, que precisavam de autorização para funcionar. Não deixava de ser uma forma de controle e de catequização. Do ponto de vista dos escravizados, as irmandades negras eram um espaço de resistência, em que eles se sentiam fortalecidos, unidos e fortes. As irmandades também construíram igrejas porque os negros, mesmo livres, não eram aceitos nas igrejas dos brancos.

Várias dessas igrejas erguidas por irmandades ainda existem, e em geral podem ser identificadas por uma extensão no nome: “Dos Homens Pretos”. No Brasil, os africanos e seus descendentes acabaram criando um “catolicismo popular”, muito permeado pelo sincretismo, a mistura de elementos com as religiões de matrizes indígena e africana. Além da compra de alforrias, as irmandades garantiam também uma “boa morte”: um enterro digno, com direito a funeral e missa.

É interessante observar que a Abolição se deu em 1888, a República veio em 1889, e em 1890 nasceu o Código Criminal. Em 1890, depois do golpe que derrubou o Império e instituiu a República, o governo provisório publicou um decreto que tornou o Brasil, pela primeira vez, um Estado laico. Ao menos na teoria. Ainda naquele ano veio o Código Penal, que determinava como crimes à saúde pública “praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública”.

Nos últimos trinta anos, o Estado deixou de perseguir diretamente. Mas aí surgiram os neopentecostais e agora a pressão vem desses grupos, com a omissão do Estado. O Executivo e também uma boa parcela do Judiciário se omitem diante do combate sistemático feito contra os cultos afro-brasileiros. Sistemático. Para nós, essa liberdade religiosa nunca existiu.

É fato sabido que o evangelicalismo é hoje o principal concorrente das religiões afro-brasileiras e que o declínio das religiões de origem negra é em grande medida explicado pela atuação dos evangélicos em seus agressivos proselitismo e entusiasmo expansionista. A intolerância exercitada sistematicamente contra os afro-brasileiros pelos evangélicos, sobretudo os neopentecostais, é explícita e presente em canais de televisão e estações de rádio.

E, nessa perseguição às religiões de matriz africana, há uma questão importante: a quantidade de gente negra que frequenta as igrejas evangélicas. Pensando nos evangélicos, a maioria é negra: pretos e pardos, 59%. É mais do que a proporção geral de negros na população brasileira.

No Brasil, as igrejas neopentecostais surgiram no fim dos anos 1970, em plena ditadura e quando a economia estavam em crise. Tudo isso ligado a um contexto geral de empobrecimento da população, de crescimento desordenado das cidades, de falta de oportunidades. Onde o Estado não quis chegar, as igrejas chegaram. E ajudam, de fato, muita gente. Mas, além de todos os espaços

que a Igreja evangélica ocupa, algo que não podemos nunca esquecer é a agência das pessoas. Não dá para achar que é por desconhecimento ou inocência que as pessoas negras estão nessas igrejas. É por opção, também.

Uma outra razão para o sucesso das igrejas pentecostais e neopentecostais entre os negros brasileiros está na africanidade. O pentecostalismo valoriza a utilização do corpo. A experiência de ser tomado pelo Espírito Santo é algo muito africano e está muito próximo das religiões de matriz africana. O transe.

Não é todo mundo, claro, que reconhece essa africanidade. E há um motivo para isso. Tem dois mitos, de duas “maldições”, que são espalhados até hoje por alguns pastores. Um deles é o da Maldição de Cam, um dos filhos de Noé — aquele Noé, da arca. Tem pastor até hoje, e pastor famoso, político, que diz que os povos africanos foram escravizados por causa da Maldição de Cam. Além de racista, esse pensamento não tem base nem mesmo na Bíblia.

O outro tem relação com a história dos irmãos Caim e Abel. Caim matou o irmão, e está na Bíblia que Deus colocou nele uma “marca”. Não tem nada falando que a tal da marca seria a cor negra ou a pele negra. Nada. E essa interpretação tem que ser expurgada porque é extremamente racista. A origem dessas duas interpretações erradas da Bíblia, dessas duas “maldições”, está na Igreja católica, naquela tentativa de *justificar* a escravidão. Uma deturpação que foi passada adiante, mesmo para outras religiões, e que infelizmente se mantém até hoje.

E algo parecido aconteceu em relação a Exu, o orixá responsável por fazer a comunicação entre os seres humanos na Terra (Aiyê) e os demais orixás, no Orum. Foram os primeiros europeus a terem contato com o culto aos orixás no continente africano que associaram Exu ao diabo, na tentativa de buscar alguma equivalência entre os orixás e o panteão católico. Mas Exu nada tem a ver com o diabo. É um orixá de dualidade: tem o bem e tem o mal, o sucesso e o fracasso, a luz e a escuridão.

É sempre vital destacar que é claro que não são todos os evangélicos que são racistas — ou, enfim, todos os pentecostais ou neopentecostais. Obviamente há muitos evangélicos que discordam e combatem isso. Precisamos lembrar que os evangélicos também sofrem preconceito, e que uma boa parte desses ataques está fundada justamente em todos aqueles elementos que remetem à africanidade, como o transe.

Também é importante destacar que há pessoas de outras religiões que também atacam a fé de matriz africana; que também são racistas ou que, no mínimo, cruzam os braços e se calam diante do racismo — o que é tão baixo quanto. Em anos recentes, por exemplo, os ataques assumiram a forma de uma pretensa defesa aos direitos dos animais. Ao menos duas coisas, nesse caso, devem ser pontuadas. Uma é que “as carnes sacrificiais são consumidas no terreiro da mesma maneira como a maioria não vegetariana da população se serve diariamente à mesa”. A outra é que, em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que sacrifícios votivos estão protegidos pela Constituição e não configuram crueldade contra animais.

O ataque às religiões de matriz africana é um ataque à democracia e às liberdades. Alguns avanços sociais dos últimos anos no Brasil aconteceram graças a movimentos que surgiram dentro da Igreja. Assim como há muitos projetos sociais de igrejas evangélicas que literalmente salvam vidas de pessoas negras.

A primeira igreja protestante do Brasil era negra. Foi criada no Recife por Agostinho José Pereira, o Divino Mestre. Divino Mestre foi um líder rebelde, um líder popular, um líder da população negra do Recife. E que era cristão. Ele foi capturado porque representava uma grande ameaça por estar alfabetizando negros e negras na cidade do Recife. E por defender um cristianismo próprio, que não era o católico.

A resistência de Divino Mestre nos faz pensar na luta que representantes das religiões afro-brasileiras travam hoje pelo direito básico de professarem a sua fé, e no sem-número de casos em



que traficantes estão expulsando o povo de santo das comunidades. Apesar de todas as pressões, as pessoas frequentam o culto, mas não publicamente. O “não pode” não quer dizer “não faça”, e a comunidade às vezes acoberta mesmo.

É, resistência sempre. A lógica da existência negra no Brasil é a resistência. Por isso que as religiões afro-brasileiras sobreviveram nesses anos todos. Perseguidas pela Igreja católica por mais de 350 anos, depois perseguidas pelo Estado, pela República. E não vão acabar.



## EXERCÍCIOS

### EXERCÍCIO 1 — APROFUNDAMENTO

Leia o texto a seguir:

No Brasil, a escravidão colocou em contato as religiões de diferentes povos africanos, que acabaram por assimilar e trocar entre si elementos semelhantes de suas culturas. Assim se sobrepuseram e se fundiram ritos de origem distinta num amálgama comum de que surgiram as religiões afro-brasileiras. O candomblé é uma das religiões afro-brasileiras mais conhecidas em todo o país, sendo seu panteão constituído pelos *orixás*, *inquices* e *voduns*, divindades dos povos ioruba, banto e jeje, respectivamente.

“As religiões afro-brasileiras recebem nomes diferentes dependendo do lugar e do modelo de seus ritos. No nordeste há o *tambor-de-mina* maranhense, o *xangô* pernambucano e o *candomblé* baiano. No Rio de Janeiro e São Paulo prevalecem a *umbanda* e o *candomblé* e no Sul, o *batuque* gaúcho. Isso evidencia as permanências e transformações africanas nas religiões afro-brasileiras.”

De uma perspectiva histórica, todas essas formas de religiosidade foram vistas pelos colonizadores europeus e cristãos como perigosas expressões de idolatria e pecado, a serem extirpadas pela conversão, para garantir aos escravos a salvação de sua alma. Ainda hoje persiste essa visão que associa expressões religiosas afro-brasileiras como o *candomblé* e a *umbanda* a ritos demoníacos de feitiçaria.<sup>17</sup>

A partir da leitura do texto e do capítulo “A cor dos faraós”, explique a ideia de que “embora carreguem elementos seculares e até milenares, as religiões afro-brasileiras que conhecemos hoje são relativamente recentes: surgiram a partir da segunda metade do século 19. São religiões que nasceram aqui. Com elementos de diferentes sociedades e culturas africanas, mas que nasceram no Brasil. Afro-brasileiras”.

---



---



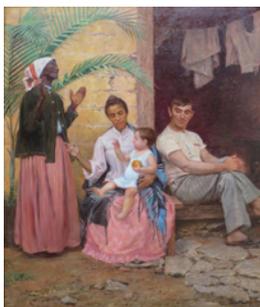
---



---

### EXERCÍCIO 2 — DISCUTINDO OS TEMAS

Observe a pintura e leia o texto a seguir:



A *redenção de Cam*, de Modesto Brocos (1895).  
Museu Nacional de Belas Artes (MNBA).

17. MONTESANO, Elisabete da Silva. *Práticas discriminatórias contra as religiões de matrizes africanas no Brasil*. São Paulo: FFLCH-USP, 2024. 225 pp. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades). Disponível em <<https://tinyurl.com/zkhxkt7>>. Acesso em: 10 jun. 2025.

A pintura *A redenção de Cam* (1895), do espanhol Modesto Brocos (1852-1936), radicado no Brasil por mais de quarenta anos, foi feita pouco depois de declaradas a abolição da escravidão e da instituição da República no país. No caminho para um suposto progresso, o Brasil adotava a Europa branca como referência. Sua população, no entanto, pouco se assemelhava à europeia.

O negro representava, aos olhos de boa parte da intelectualidade, o passado e o atraso. Surgiram no século 19 as chamadas teorias científicas do branqueamento, propondo como solução para o problema misturar a população negra com a branca, incluindo os imigrantes europeus, geração por geração, até mudar o perfil “racial” do país, de negro a branco.

O quadro *A redenção de Cam*, reverenciado e premiado em sua época, é considerado uma representação visual dessa tese. Em 1911, no Congresso Universal das Raças, o médico e diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda (1846-1915), usou a pintura para ilustrar um artigo de sua autoria sobre branqueamento. Ele assim descreveu a imagem: “O negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças”.

A historiadora e antropóloga Tatiana Lotierzo afirma que “o quadro é mais do que uma ilustração da tese de Lacerda, apesar dessa comunicação intensa entre ambas as coisas. *A redenção de Cam* tem sua própria tese no racismo oitocentista, um pensamento que se exprime como um modo de ver, uma perspectiva que é oferecida ao olhar de quem a observa”.

O título do quadro remete ao mito bíblico da maldição lançada por Noé sobre seu filho Cam (ou Cã). Diz a história que Noé dormiu embriagado de vinho. Cam, seu filho, expôs a nudez do pai aos irmãos como zombaria. Ao acordar, o pai então amaldiçoou Canaã, filho de Cam, a ser “servo dos servos”. Há versões que descrevem Canaã e os descendentes de Cam como negros.

“O contexto de difusão do mito bíblico sobre a maldição de Noé é o do início da chamada Era Moderna, quando a cristandade europeia buscava formas de justificar a escravização de habitantes do continente africano, sob o marco do cristianismo”, diz Lotierzo.

O mito é reinterpretado por Brocos, que aponta, seguindo as teorias da sua época, que a salvação — ou “redenção” — dos descendentes de Cam se daria por meio da sua extinção, por efeito do branqueamento. “Uma das associações que aparecem com mais frequência na imprensa do período, em textos escritos por intelectuais renomados, como Olavo Bilac e Coelho Neto, entre outros, é justamente a da morte como redenção para as pessoas negras. São textos de muita violência, pois concebem que a extinção dessas pessoas — inclusive pela via do embranquecimento — é o caminho para a emancipação”, diz a autora.

O quadro, que “remete à imagística cristã da natividade”, mostra, da esquerda para direita, uma senhora negra, descalça sobre um chão de terra, que ergue as mãos e os olhos aos céus ao lado de uma mulher, provavelmente sua filha, de tom de pele mais claro, que segura seu bebê, branco, no colo. E um homem branco à sua direita.

As três personagens representariam as três gerações necessárias para que o Brasil se tornasse um país branco. O homem branco à direita, ao que tudo indica, o marido da mulher ao centro e pai da criança, olha para o menino com admiração. Ele é o elo que permite o branqueamento completo dos descendentes da senhora, possivelmente escrava e, assim, a sua salvação.

Para Lotierzo, Brocos “faz uso de um mecanismo perverso ao tentar atribuir um voluntarismo às mulheres negras como agentes do embranquecimento, como se elas estivessem celebrando essa possibilidade”.

Segundo a pesquisadora, é marcante no Brasil um tipo de racismo que pode escapar às estatísticas e que se expressa em diversas discriminações no cotidiano. “Isso remete ao que pesquisadores tem chamado de branquitude ou branquidade, ou seja, as diferentes formas de percepção do mundo e autopercepção de si que manifestam a prerrogativa de que ser branco é um privilégio que habilita outros privilégios”.<sup>18</sup>

18. Adaptado de RONCOLATO, Murilo. “A tela ‘A redenção de Cam’. E a tese do branqueamento no Brasil”. *Nexo Jornal*, 14 jun. 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/aj3h5tm5>>. Acesso em: 13 maio 2025.



A partir da observação da pintura e da leitura do texto e do capítulo “A cor dos faraós”, relacione a história da maldição de Cam ao racismo religioso, por um lado, e à ideologia do embranquecimento, por outro.

---

---

---

---

---

---

---

---

### EXERCÍCIO 3 — TESTANDO OS TESTES 1

“Atualmente, ainda temos a presença da rainha Ginga e do rei Congo dentro das irmandades, nisso que chamamos de ‘afro-catolicismo’. As irmandades negras, dentro da Igreja católica, são consideradas a primeira forma de ‘associativismo negro’ a surgir no Brasil.”

Com base no enunciado fornecido, assinale com verdadeiro (V) ou falso (F) as afirmações a seguir e escolha a alternativa que apresenta a sequência correta:

1. ( ) As irmandades negras, dentro da Igreja católica, foram duramente combatidas pelas autoridades da instituição, como bispos e arcebispos.
2. ( ) Do ponto de vista dos escravizados, as irmandades negras eram um espaço de acomodação, em que os negros eram catequizados e não havia resistência.
3. ( ) Os africanos e seus descendentes acabaram criando um “catolicismo popular”, permeado pelo sincretismo, com elementos indígenas e africanos.
4. ( ) Além da compra de alforrias, as irmandades negras garantiam também uma “boa morte”: um enterro digno, com direito a funeral e missa.
5. ( ) As irmandades negras também construíram igrejas porque os negros, mesmo livres, não eram aceitos nas igrejas dos brancos.

- a) F, V, V, F, F.
- b) F, F, V, V, V.
- c) F, F, F, V, V.
- d) V, V, F, V, F.
- e) V, F, F, F, V.

### EXERCÍCIO 4 — TESTANDO OS TESTES 2

Considerando o cenário do racismo religioso e das igrejas evangélicas no Brasil, qual das alternativas a seguir está **incorreta**?





- a) O evangelicalismo é hoje o principal concorrente das religiões afro-brasileiras e que o declínio das religiões de origem negra é em grande medida explicado pela atuação dos evangélicos.
- b) A maior parte dos evangélicos é negra, pois 59% dos evangélicos são pretos e pardos, mais do que a proporção geral de negros na população brasileira, e não se pode desconsiderar que são evangélicos também por opção.
- c) Uma razão para o sucesso das igrejas pentecostais e neopentecostais entre os negros brasileiros está na africanidade, pois o pentecostalismo valoriza a utilização do corpo: o transe está muito próximo das religiões de matriz africana.
- d) A primeira igreja protestante do Brasil, criada no Recife, já carregava marcas de intolerância religiosa e racismo, tendo deixado esse legado para o universo das igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais.
- e) Os evangélicos também sofrem preconceito, e boa parte desses ataques está fundada justamente em todos aqueles elementos religiosos das igrejas evangélicas que remetem à africanidade, como o transe.

## EXERCÍCIO 5 — AGORA É COM OS ESTUDANTES

Leia os textos a seguir:

### Texto 1

Neila de Oya diz que agora só restou a fé. Iniciada no candomblé há 24 anos, ela havia inaugurado no ano passado o terreiro Ilê Aṣṣe Oya Osun Nidê, na periferia de Nova Iguaçu (RJ), Baixada Fluminense. O espaço em que atuava como mãe de santo acabou incendiado no último domingo (9/3), no que a Polícia Civil suspeita ser mais um caso de intolerância religiosa — a região tem um longo histórico de ataques. O terreiro estava vazio na ocasião em que foi completamente tomado pelo fogo. Foram encontrados três focos de incêndio que, aparentemente, acusavam ação humana, ou seja, um ato deliberadamente criminoso. “A gente foi atacado, não se sabe por quem. Tenho fé na polícia que ela vai descobrir quem foi, porque não temos mais nada agora, só a fé”, diz a iyálorisá da casa de santo, pertencente à nação Ketu, o mais popular segmento do candomblé no Brasil.

O episódio é investigado pela Delegacia de Combate aos Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi), sediada na cidade do Rio de Janeiro e especializada nesse tipo de ataque. Apenas de janeiro a setembro do ano passado, conforme dados mais recentes do Instituto de Segurança Pública (ISP), vinculado ao governo estadual, houve 72 casos de preconceito religioso em municípios do Rio. Entre eles, 39 foram registrados como ultraje a culto e outros 33, como intolerância religiosa. Nesse mesmo período, o estado também teve 2 021 vítimas de injúria por preconceito e 890 de preconceito de raça, cor, religião, etnia e procedência nacional. Tratam-se, portanto, de episódios que podem estar relacionados a intolerância religiosa, apesar da classificação diversa. Em 2023, um estudo da Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR) feito junto a terreiros da zona oeste do Rio e da Baixada Fluminense mostrou que 75% deles já haviam sido alvo de violência. A pesquisa indicava também que os números de ataques a praticantes de religiões de matriz africana ainda podem estar subnotificados.<sup>19</sup>

19. Adaptado de BATISTELLA, Paulo. “Início Geral ‘Só temos a fé agora’: terreiro de candomblé é incendiado na Baixada Fluminense”. *Ponte Jornalismo*, 13 mar. 2025. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4s74jdpz>>. Acesso em: 13 maio 2025.





## Salve-se quem puder

### RECAPITULANDO

No início da pandemia, havia aquela ideia de que o vírus era *democrático*: atingia todo mundo, independentemente de cor, gênero, classe social. Mas, na prática, em um país tão desigual quanto o Brasil, não foi isso o que aconteceu. O que essas informações atestam é que as desigualdades estruturais tiveram influência sobre as altas taxas de mortalidade. E quando a gente cruza com diferentes marcadores, a gente vê que a maioria das pessoas que morreram no Brasil eram negras, indígenas, de baixa renda e de baixa escolaridade.

Não foi por acaso que o país negligenciou a compra da vacina. Não foi por acaso que não se investiu em testagem em massa. Não foi por acaso que houve uma atuação tão forte contra a ciência e contra o que os cientistas diziam. Não foi por acaso, não foi por acidente. Foi por propósito, mesmo. Foi por projeto.

Assim como não tem sido por acaso o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS), um processo que começou há algum tempo, antes ainda da gestão Bolsonaro, mas que se acentuou no governo do ex-presidente. É claro que o SUS tem vários problemas, e trataremos deles. Só que, até a criação dele — o que aconteceu apenas em 1988 —, as pessoas negras, indígenas e pobres no Brasil estavam largadas à própria sorte. Deixadas para morrer. Antes do SUS era o “salve-se quem puder”. E a sociedade brasileira disse que assim não funcionava. A sociedade brasileira fez luta social, fez movimento social para garantir que a resposta não fosse a do “salve-se quem puder”. A população realmente reivindicou. E a população negra reivindicou mais porque era a que estava relegada.

O SUS é um projeto da sociedade brasileira. Um projeto da sociedade brasileira que surgiu para combater um outro projeto, do Estado — do Brasil *oficial*. A história que você lerá aqui, de como e por que o SUS foi criado, tem tudo a ver com algo que Conceição Evaristo, nossa grande escritora, escreveu num conto: eles combinaram de nos matar, mas “a gente combinamos de não morrer”.

Nos tempos do Brasil Colônia, antes da chegada da família real, quase não tinha médico por aqui. Atividade da cura nunca foi uma função exclusiva da medicina. Os povos originários, por exemplo, já cuidavam de si, e estavam bem melhores antes da invasão portuguesa, assim como as diversas populações e culturas africanas. Quando povos africanos foram sequestrados e trazidos à força para o Brasil, chegaram carregando também esses saberes ancestrais da cura. A maneira como esses médicos olhavam para os curadores, assim como olhavam para os seus possíveis clientes, era eivada de preconceitos baseados na forma como aquela sociedade se hierarquizava socialmente.

Quando havia as epidemias, por exemplo, o que os médicos diziam? Que aquela população se contaminava mais porque era ignorante, porque não fazia os cuidados higiênicos e estava mais propícia ao adoecimento. É o chamado pensamento higienista, que foi uma corrente muito forte no Brasil e que, de muitas formas, resiste até hoje. Isso fez com que essa população fosse refratária também a atuação do médico porque, do ponto de vista dos escravizados, baseado na cultura africana, a doença era de alguma maneira inoculada por meio de ações maléficas no cosmos. Então, ter um curador capaz de compreender esse desequilíbrio entre o bem e o mal, entre o sobrenatural e o natural, era o que estava mais próximo da sua cultura, dos seus modos de vida e que, portanto, teria melhores possibilidades de intervir.

Essa forma de enxergar as doenças não era algo exclusivo dos africanos. Há apenas matrizes intelectuais que são um pouco diferentes. Porque, se pensar na população de Campinas (SP), católica, ela também tem uma visão espiritualizada da doença. Você tem uma atuação da Igreja católica

que produz unguentos para proteger os corpos dos enfermos. E até hoje é assim: o tanto de gente, de tudo quanto é religião, que pede ou faz oração quando está doente.

Então você tem uma aproximação da maneira religiosa de entender a doença e a cura, só que a matriz é diferente. À medida que o tempo foi passando, essa tensão entre os chamados “terapeutas populares” e os demais *doutores* foi crescendo, especialmente com o surgimento da classe médica brasileira. As primeiras faculdades de medicina foram criadas só depois da chegada da família real portuguesa, em 1808. Era um curso altamente elitista e absurdamente branco. O que não quer dizer que não houve negros formados médicos nesse período, ainda que poucos.

Maria Odília Teixeira foi a primeira mulher negra formada médica na Bahia e a primeira professora negra da Faculdade de Medicina da Bahia. Era um contexto completamente desfavorável: pouco mais de trinta anos depois da Abolição, em uma Salvador altamente racializada, com os lugares sociais demarcados por raça e cor. E ela era uma mulher negra. Maria Odília teve destaque na tese de conclusão de curso ao escolher um tema que até então nenhuma mulher havia abordado: a cirrose alcoólica. Era um tema melindroso, pois era tratado no período pelo viés racial da degeneração, pela teoria do racismo “científico”.

O grande nome do racismo “científico” era um professor dessa faculdade: Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), um homem branco. Um outro nome importantíssimo da Faculdade de Medicina da Bahia é Juliano Moreira, negro e brilhante como Maria Odília, que chegou não só a ser aluno de Nina como desbancou, com argumentos de fato científicos, o racismo tão em voga na época entre os colegas e o ex-professor.

Até hoje, a proporção de médicos negros em relação a brancos é ínfima quando comparada à população brasileira. E isso tem melhorado um pouco graças às políticas de ação afirmativa, mas ainda há um longo caminho pela frente. Médicas negras e médicos negros ainda são a exceção.

Depois que derrubamos — não depois que “terminou”, mas que derrubamos — o regime da escravidão, a política do Estado brasileiro em relação às pessoas negras foi a da eliminação. É para matar. Se não der para matar, deixa morrer — que é um outro jeito de matar, né? Racismo é aniquilamento. Então, se tem racismo, como é que conseguimos estar aqui? Porque atuamos. Contra o aniquilamento, eu te devolvo a sua história, te devolvo uma conexão com o seu passado e com os seus antepassados. E nós fizemos também o Brasil. Propusemos um outro Brasil. E aqui eu relembro o capítulo sobre educação: não eram as pessoas negras que queriam escola só para branco e só para negro, que barravam o filho do branco — pelo contrário. E o mesmo vale para as cotas, uma luta dos movimentos negros que hoje beneficia todas as pessoas que não puderam pagar colégio particular. Na saúde, a luta também sempre foi para incluir todo mundo. No Brasil sonhado pelo povo negro, ninguém fica de fora.

Em 1911, mais de cinquenta países participaram, em Londres, do Primeiro Congresso Universal de Raças. Hoje sabemos que a ciência já provou que, tratando-se de seres humanos, raça é algo que biologicamente não existe. Existe, contudo, como uma construção social: relações sociais e econômicas que foram construídas por décadas, séculos, sob a ideia de que um grupo é melhor do que o outro com base em aspectos como cor da pele, etnia, origem geográfica, religiosa. Então, lá naquele congresso havia tanto pessoas que já começavam a ter essa concepção quanto a turma do racismo dito “científico”.

O Brasil mandou como representante um homem branco, o antropólogo João Baptista de Lacerda (1846-1915). Ele fez uma apresentação sobre como a miscigenação faria com que as pessoas negras desaparecessem do território brasileiro até o fim do século 20, possibilitando o branqueamento da população. Pela previsão dele, já não era para ter negro na população brasileira ali por volta de 2011. Essa era a meta depois que as pessoas negras derrubaram a escravidão, a política do Estado brasileiro para o povo negro foi a da eliminação.

O projeto do Estado brasileiro, desde o fim da escravidão e até hoje, é acabar com a parcela negra da população. Enquanto não der para acabar, no mínimo deixá-la sem participação política. E isso está diretamente ligado à total inexistência de políticas públicas em saúde. Já na República, a saúde era vista mais como um caso de polícia, com a ideia de *higiene*, de “limpar” a sociedade. As religiões de matriz africana, como mencionado no capítulo “A cor dos faraós”, foram tratadas por muito tempo como um atentado à saúde pública. Ações em saúde continuaram isoladas, esporádicas.

Só na década de 1950 é que foi criado o Ministério da Saúde. Houve até um investimento na pasta nos primeiros anos, mas com a ditadura militar os gastos despencaram. Nos anos 1980, com a saúde pública definhando, surgiram os movimentos pela reforma sanitária no período da redemocratização. As pessoas negras tiveram um protagonismo muito ativo na concepção da saúde como um direito de todos.

Para as mulheres negras, já era o início da discussão do bem-viver e da necessidade de reconhecer o racismo, os preconceitos de origem e ligados a identidade de gênero ou a idade ou qualquer outra forma de discriminação, e de entender como isso impactava a saúde da população e, em especial, da população negra. Também na Assembleia Constituinte houve a participação das pessoas negras nos grupos que estavam exclusivamente discutindo a temática racial e as políticas de enfrentamento ao racismo.

Em 1988, com a aprovação da Constituição Federal, a saúde foi reconhecida como um direito fundamental de todos os cidadãos e cidadãs brasileiros e de quem vive aqui no país. Ou seja: não há cidadania se não houver saúde.

E vale reforçar que isso só foi acontecer em 1988, há muito pouco tempo. Toda essa construção contou com a participação de líderes negras, de mulheres negras que, desde o fim da década de 1980 e o início da década de 1990, já tinham a saúde como uma das pautas prioritárias em sua estratégia de enfrentamento ao racismo e ao sexismo e na promoção do bem-viver.

As práticas discriminatórias impactam o nascer, o viver, o adoecer e o morrer da população negra. E é por isso que precisamos entender, conhecer, divulgar e cobrar que a política seja implementada e que o SUS seja consolidado como esse sistema. Dá para pensar no SUS quase como um “anti-herói”: não é nem de longe o herói que a população brasileira merece, mas é o que ela precisa no momento, ainda que haja tanta coisa para melhorar. A população negra basicamente tem só dois sistemas de saúde: o tradicional, das rezas e das crenças, da medicina chamada popular, das medicinas que acontecem nos terreiros, das medicinas que as nossas avós faziam. Há esse sistema, que não deve ser subestimado — porque antes de tudo era ele que cuidava de nós, já que não havia outra coisa —, e há o SUS.

E, mesmo depois da criação dele, a população negra não parou de promover esse autocuidado. Não só nos saberes ancestrais de cura, mas também em atividades articuladas de saúde pública. Quem nasceu depois de 1988, data de criação do SUS, também nasceu num país racista, então no SUS vai ter muito racismo. Por isso que a luta precisa continuar. E esse é um ponto que precisa ser marcado também para não acharmos que as coisas brotam do nada.

Tem muita luta e o inimigo também está lutando. Ou seja: temos de estar sempre nos reposicionando.



## EXERCÍCIOS

### EXERCÍCIO 1 — APROFUNDAMENTO

Leia os textos a seguir:

#### Texto 1

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) é um compromisso firmado pelo Ministério da Saúde no combate às desigualdades no Sistema Único de Saúde (SUS) e na promoção da saúde da população negra de forma integral, considerando que as iniquidades em saúde são resultados de injustos processos socioeconômicos e culturais — em destaque, o vigente racismo — que corroboram com a morbimortalidade das populações negras brasileiras.

Para implementar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, é necessário que gestores, movimentos sociais, conselheiros e profissionais do SUS trabalhem em prol da melhoria das condições de saúde da população negra, a partir da compreensão de suas vulnerabilidades e do reconhecimento do racismo como determinante social em saúde.<sup>21</sup>

#### Texto 2

O Estatuto da Igualdade Racial promulgado pela Lei nº 12 288, de 20 de julho de 2010, em seu Título II – Dos Direitos Fundamentais — Capítulo I — Do Direito à Saúde — Art. 6º versa que: O direito à saúde da população negra será garantido pelo poder público mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos. Parágrafo 1º O acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção, proteção e recuperação da saúde da população negra será de responsabilidade dos órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais da administração direta e indireta. Ao legitimar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), o Estatuto da Igualdade Racial cumpre um importante papel no ordenamento legal das políticas públicas para que estados municípios implantem e implementem as ações e serviços de atenção à saúde da população negra, previstas na lei.<sup>22</sup>

A partir da leitura dos dois textos e do capítulo “Salve-se quem puder”, relacione a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) à ideia de que “as práticas discriminatórias impactam o nascer, o viver, o adoecer e o morrer da população negra” e à luta pelo SUS.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

21. “Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS”. Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente do Instituto Fiocruz do Instituto Fiocruz. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4uu5jn7j>>. Acesso em: 14 maio 2025.

22. Conselho Nacional de Saúde. “O papel das mulheres negras no controle social do SUS e na luta pela legitimação da Saúde da População Negra”. 22 mar. 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4d3erbr8>>. Acesso em: 14 maio 2025.



**EXERCÍCIO 2 — DISCUTINDO OS TEMAS**

Leia o texto a seguir:

À época de d. Pedro II, era preciso, dizia-se, intervir radicalmente na cidade para eliminar os cortiços e afastar do centro da capital as “classes perigosas” que nele residiam. Classes duplamente perigosas, porque propagavam a doença e desafiavam as políticas de controle social no meio urbano.

A história da febre amarela convergiu sistematicamente para a história das transformações nas políticas de dominação e nas ideologias raciais no Brasil do século 19. Os cientistas da Higiene formularam políticas públicas voltadas para a promoção de melhorias nas condições de salubridade vigentes na Corte e no país em geral. Naturalmente, escolheram priorizar algumas doenças em detrimento de outras. A febre amarela, flagelo dos imigrantes que, esperava-se, ocupariam o lugar dos negros nas lavouras do Sudeste cafeeiro, tornou-se o centro dos esforços de médicos e autoridades. Enquanto isso, os doutores praticamente ignoravam, por exemplo, uma doença como a tuberculose, que eles próprios consideravam especialmente grave entre a população negra do Rio.

A intervenção dos higienistas nas políticas públicas parecia obedecer ao mal confessado objetivo de tornar o ambiente urbano salubre para um determinado setor da população. Tratava-se de combater as doenças hostis à população branca, e esperar que a miscigenação — promovida num quadro demográfico modificado pela imigração europeia — e as moléstias reconhecidamente graves entre os negros lograssem o embranquecimento da população, eliminando gradualmente a herança africana da sociedade brasileira.<sup>23</sup>

A partir da leitura do texto e do capítulo “Salve-se quem puder”, explique a relação entre as políticas de saúde e higiene no século 19 e o racismo.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**EXERCÍCIO 3 — TESTANDO OS TESTES 1**

“A atividade da cura nunca foi uma função exclusiva da medicina.”

Com base no enunciado fornecido, assinale com verdadeiro (V) ou falso (F) as afirmações a seguir e escolha a alternativa que apresenta a sequência correta:

1. ( ) Os povos indígenas e os povos africanos já cuidavam de si por meio das atividades de cura, mas esses saberes ancestrais sofreram muitas formas de preconceito por parte dos médicos.

23. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 8-9.



2. ( ) A população negra foi mais refratária aos médicos no passado, pois o curador estava mais próximo da sua cultura, dos seus modos de vida e, portanto, teria melhores possibilidades de intervir.
3. ( ) A visão espiritualizada da doença é uma exclusividade dos africanos, pois os unguentos que protegem os corpos dos enfermos entre os católicos têm comprovação científica de sua eficácia na cura.
4. ( ) Com o passar do tempo, a tensão entre os “terapeutas populares” e os demais *doutores* cresceu, especialmente com o surgimento da classe médica brasileira, pois o curso de medicina nasceu elitista e branco.
5. ( ) A medicina no Brasil incorporou desde cedo os saberes ancestrais da cura tanto de origem indígena quanto de origem africana, o que levou a uma aproximação entre os saberes médicos e a cultura popular.

- a) F, V, V, F, F.
- b) F, F, V, V, V.
- c) F, F, F, V, V.
- d) V, V, F, V, F.
- e) V, F, F, F, V.

#### EXERCÍCIO 4 — TESTANDO OS TESTES 2

“Antes do SUS era o ‘salve-se quem puder’. E a sociedade brasileira disse que assim não funcionava. A sociedade brasileira fez luta social, fez movimento social para garantir que a resposta não fosse a do ‘salve-se quem puder’.”

Considerando o cenário do SUS e da saúde no Brasil, qual das alternativas a seguir está incorreta?

- a) O SUS pode ser compreendido quase como um “anti-herói”, pois não é nem de longe o herói que a população brasileira merece, mas é o que ela precisa no momento, ainda que haja tanta coisa para melhorar.
- b) A saúde foi reconhecida como um direito fundamental de todos os cidadãos e cidadãs brasileiros e de quem vive no país desde o início da República, ainda que o SUS só tenha sido criado nos anos 1980, em meio às lutas pela redemocratização.
- c) O desmonte do SUS faz parte de um projeto que afeta especialmente a população pobre negra e indígena, e um exemplo disso é que a maioria das pessoas que morreram no Brasil na pandemia eram negras, indígenas, de baixa renda e de baixa escolaridade.
- d) O SUS é um projeto da sociedade brasileira que surgiu para combater um outro projeto, do Estado, do Brasil *oficial*, pois a política do Estado brasileiro em relação às pessoas negras foi a da eliminação.
- e) A construção do SUS contou com a participação de mulheres negras que tinham a saúde como uma das pautas prioritárias em sua estratégia de enfrentamento ao racismo e ao sexismo e na promoção do bem-viver.

**EXERCÍCIO 5 — AGORA É COM OS ESTUDANTES**

Leia os textos a seguir:

**Texto 1**

Em uma comemoração histórica, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) realizou em novembro de 2024 a colação de grau da turma 107, a primeira a contar com vagas reservadas para pretos, pardos e indígenas. Os estudantes, que ingressaram na faculdade em 2019, representam um marco significativo na história da instituição.

Em 2019, dos 175 ingressantes, 40% foram admitidos por meio de políticas afirmativas nos processos seletivos da Fuvest e do Enem. Atualmente, 50% das vagas da Faculdade de Medicina são destinadas a cotas, sendo que 36% desse total são reservadas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

Larissa Alexandre é uma das novas médicas formadas pela Faculdade. Natural do Itaim Paulista, na periferia da Zona Leste de São Paulo, ela estudou a vida inteira em escolas estaduais da região e ingressou na faculdade após cinco anos de cursinho. “A transformação visual que a política afirmativa trouxe à Faculdade foi notória. Antes, no máximo, se formavam cinco alunos pretos ou pardos, mas este ano o número foi muito mais expressivo. É um processo que eu vi evoluir não só na Faculdade de Medicina, mas também em todo o complexo do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP”, destacou Larissa.<sup>24</sup>

**Texto 2**

Mônica Mendes Gonçalves, doutoranda na Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo, afirma que o racismo na medicina é realizado a partir de um conjunto que não diz respeito à raça, mas que incide sobre os grupos sociais em situação de vulnerabilidade. “Acho que é correto dizer que uma das principais vias a partir da quais as políticas raciais se estruturam na saúde é a omissão.” Mônica explica que isso ocorre pelo fato de não existir um olhar privilegiado às populações periféricas e vulneráveis nos processos de distribuição de saúde.

Ela cita o maior investimento na atenção hospitalar em detrimento da atenção básica, que propicia a precarização desse serviço no qual a maior parte dos indivíduos pobres possui acesso. O racismo institucional, de acordo com a especialista, funciona a partir da aliança entre a população branca, na qual o monopólio de poder ocupa todas as instâncias sociais — um pacto social coletivo — para exclusão dos negros.

Nesse sentido, o Conselho Federal de Medicina apontou que somente 3% dos médicos no Brasil são negros. “Vão sendo instituídos para que isso funcione como mecanismo de exclusão, porque, se um deles começa a falhar, a arquitetura toda se abala. Então, não é tão desimportante assim que esses profissionais sejam brancos e muito racistas”, afirma.<sup>25</sup>

Com base nos textos e na leitura do capítulo “Salve-se quem puder”, discuta a importância das políticas de ação afirmativa na área da saúde.

---

---

---

---

---

24. “Faculdade de Medicina da USP celebra a formatura da primeira turma beneficiada pelas políticas afirmativas”. FMUSP, 13 dez. 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5s6b2kzp>>. Acesso em: 14 maio 2025.

25. Adaptado de BUENO, Felipe. “O racismo é uma presença real na medicina brasileira e mundial”. *Jornal da USP*, 20 dez. 2023. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2rupmc2h>>. Acesso em: 14 maio 2025.





## Democracia

### RECAPITULANDO

Em 1833, os escravizados da fazenda Bela Cruz, no interior de Minas Gerais, foram responsáveis pelo assassinato de nove pessoas da família Junqueira, a tradicional família mineira a quem a fazenda pertencia. A revolta, conhecida como Revolta de Carrancas, acabou abafada. Foram mortos o líder do movimento e quatro escravizados, outros dezesseis escravizados foram condenados à pena de morte e executados. Era incomum que tanta gente fosse condenada à pena capital porque pessoas escravizadas eram um bem valioso demais para os senhores. O massacre que se abateu sobre os Junqueiras trouxe pânico às elites. A Revolta dos Malês (1835) foi a maior e mais famosa revolta de africanos (tanto escravizados quanto libertos) na Bahia. Centenas de pessoas foram presas e quinze, condenadas à morte.

Essas duas revoltas, a de Carrancas e a dos Malês, tiveram um impacto na legislação do período. Enrijeceram o controle não apenas aos escravizados, mas também aos libertos africanos. Reforçaram o controle e a repressão à população negra de um modo geral. Uma dessas medidas foi a pena de morte para escravizados acusados de serem “cabeças da insurreição” ou de matarem ou ferirem gravemente seus senhores.

A mobilização popular nos anos 1830 empurrou os conservadores para um eixo comum, apurando o senso de autopreservação entre os donos do patrimônio e das riquezas privadas. Houve um momento de mobilização no Brasil, mas a coligação das forças jogou a favor da reação e não da realização dos anseios das classes subalternas e populares.

Esse pessoal apostou no momento da escravidão e reabriu o tráfico negreiro em larga escala. Foi o momento do desrespeito à lei de 1831, quando o tráfico de escravizados foi proibido, mas continuou com força num grande acordo nacional. Até que uma nova lei, em 1850, finalmente pôs fim ao tráfico. E, por trás disso, estava o Reino Unido, que nas décadas anteriores já tinha lucrado muito com a escravidão, mas atuava naquele momento pelo fim do tráfico. Em 1845, o Parlamento britânico subiu o tom e aprovou a lei *bill* Aberdeen, que considerou “pirataria” o tráfico marítimo de escravizados e deu autorização para a Marinha britânica apreender esses navios.

Em 1850, os políticos brasileiros concluíram que a única maneira de contornar a situação e evitar uma guerra era acabando de vez com o tráfico, cortando na própria carne. Sem a Grã-Bretanha, não haveria o fim do tráfico negreiro. Mas não podemos esquecer o impacto de todas aquelas revoltas de escravizados. Depois de algumas revoltas, os africanos começaram a ser definidos como “bárbaros” que a qualquer momento poderiam se levantar e matar as famílias. Mesmo impedidas de participar das tomadas de decisão, as pessoas negras influenciaram essas decisões. E nas décadas seguintes tudo isso seria determinante para a conquista da liberdade.

Pela Constituição de 1824, se você nascesse no Brasil e fosse livre ou conquistasse a liberdade, poderia ser considerado cidadão: tinha direitos civis garantidos, como a proteção da propriedade ou poder ir e vir. Mas só teria direitos políticos se tivesse dinheiro. Ainda assim, algumas poucas pessoas negras conseguiam entrar na política, mas eram vozes individuais: não representavam movimentos civis coletivos baseados na cor da pele. Foi necessário o surgimento de um movimento abolicionista reunindo pessoas de diversas cores de pele para que essas vozes isoladas tivessem um impacto político mais profundo.

Em 1868, teve início uma articulação que deu origem ao que se tornou o movimento abolicionista, ao mesmo tempo que havia um empenho de uma ala da elite política dentro das instituições para fazer o processo andar. Uma figura central nesse processo foi o engenheiro André Rebouças

(1838-1898): negro, de família negra, que tinha um projeto de abolir a escravidão vinculado à modernização do país. Na casa dele, um intelectual negro e um dos principais nomes do abolicionismo, havia escravizados. Quando ele entrou na campanha abolicionista, libertou os escravizados. Outros abolicionistas importantes, como Rui Barbosa, só libertaram seus escravos bem mais para frente. Não era visto como uma contradição a pessoa defender ideias abolicionistas e ainda possuir escravos.

O que fez a cabeça do Rebouças girar foi o momento em que ele entendeu que era negro. E isso só aconteceu mais tarde, já nos anos 1870, quando foi para os Estados Unidos e não pôde se hospedar em nenhum hotel de elite, não pôde assistir à ópera. Percebeu que não adiantava ser um homem culto e ter boas conexões sociais: sempre seria tratado a partir da cor da pele. Foi aí que realmente se transformou no “abolicionista”.

Luiz Gama (1830-1882) era negro como Rebouças, mas eles eram absolutamente diferentes, pois Gama tinha passado por um processo de escravização e não tinha acesso à Corte do imperador. Gama nasceu livre, filho de uma africana liberta. Foi separado dela ainda criança e vendido pelo pai, que era branco. Como nascera livre, não poderia ter sido escravizado nem vendido. Ainda assim, foi mantido em cativeiro por toda a adolescência. Até que aprendeu a ler e a escrever, descobriu que sua condição era ilegal e conseguiu a própria libertação. E a partir daí ele foi jornalista, advogado e ativista pela causa abolicionista, e utilizava a lei de 1831 — a “lei para inglês ver” — para libertar, no Judiciário, pessoas escravizadas ilegalmente. As pessoas ainda em cativeiro nas décadas finais de escravidão no Brasil eram seres humanos ilegalmente escravizados. E esse era o foco do trabalho de Luiz Gama no Judiciário, foi assim que ele conseguiu a libertação de centenas de pessoas. E tudo isso como um membro ativo do movimento abolicionista, que não parava de crescer.

Só em 1871 a classe política brasileira concordou com uma lei que concedesse alguma forma de libertação. Mas, ainda assim, com resistência: os parlamentares defendiam que os senhores fossem ressarcidos. A Lei do Ventre Livre foi aprovada e, a partir daí, os senhores tinham duas opções: libertar a criança quando ela completasse oito anos, recebendo uma indenização; ou manter o jovem escravizado até os 21 anos, e todos os anos de trabalho infantil e na adolescência contariam como indenização. Em geral, os senhores escolhiam a segunda opção. Como todas aquelas crianças continuariam escravizadas por mais duas décadas, o impacto foi quase zero.

Mas algo que gerou um impacto positivo foi a autorização para o escravizado juntar dinheiro para poder comprar a própria carta de alforria. Se ele conseguisse juntar esse dinheiro, o senhor era obrigado a libertá-lo. E isso só foi possível a partir da Lei do Ventre Livre: antes, ainda que o escravizado conseguisse o dinheiro, o senhor tinha o poder de decidir se aceitaria ou não conceder a liberdade. Isso foi utilizado pelas associações abolicionistas para libertar escravos.

Essas associações agiam na prática, mas também trabalhavam a mente da população, pois a escravidão era considerada um fenômeno normal. Parte importante da campanha abolicionista foi produzir uma nova sensibilidade em relação à ela e mostrar que era tanto um fenômeno ilegal — por conta da lei de 1831 que proibiu o tráfico — quanto desumano.

E tudo isso foi preparando o terreno para o que aconteceu no Ceará. Lá, os escravizados eram guiados até a praia, embarcados em jangadas e levados para os navios. Em 1881, os jangadeiros — homens livres e majoritariamente negros — se recusaram a fazer o embarque dos escravizados. O líder deles era Chico da Matilde (1839-1914), um homem negro que entrou para a história como o Dragão do Mar.

Em 1884, o Ceará se declarou a primeira província livre do país. E isso gerou uma grande crise política. Como resposta à crise, o então primeiro-ministro do Império enviou à Câmara dos Deputados um projeto de lei para alforriar os escravizados com mais de sessenta anos. Era uma lei para que não houvesse abolição, mais do que para libertar.

Os libertos com sessenta anos ou mais deveriam prestar mais três anos de serviço aos ex-senhores. À época, a expectativa de vida de um escravizado era de menos de 21 anos de idade, e os pouquíssimos que conseguissem chegar aos sessenta ainda deveriam trabalhar até os 63 para finalmente serem livres.

A aplicação da lei foi regulamentada por um decreto: se qualquer indivíduo negro já poderia ser apontado como um potencial escravizado fugido, o regulamento acrescentaria a suspeita de poder se tratar de um indivíduo liberto, porém, indevidamente fora dos seus deveres; logo, um transgressor da lei, que deveria ser conduzido à delegacia e sofrer as sanções previstas.

A história de que a escravidão foi abolida gradualmente não é verdade. Sem a mobilização política do movimento abolicionista, nenhuma dessas leis teria libertado da escravidão, porque elas não estavam sendo efetivadas.

A regulamentação da Lei dos Sexagenários previu uma punição para quem desse refúgio a escravizados em fuga, visando desarticular as redes criadas pelos abolicionistas, que foram perseguidos e acabaram fazendo fugas coletivas. Os próprios escravos começaram a organizar as próprias fugas. Foi um momento de desorganização da ordem escravista. Isso mostra o caráter popular do movimento abolicionista brasileiro. Paralelamente à política tida como “oficial”, havia toda essa ação que acontecia nas ruas, nas fazendas, nas matas.

No interior de São Paulo, um grupo de fugitivos saiu de diversas fazendas da região e foi ganhando adesões. O governo imperial mandou fuzilar os revoltosos. Foi um morticínio do qual o próprio Exército se envergonhou, afirmando que não mais caçaria escravo fugido. A monarquia perdeu o apoio das Forças Armadas para continuar mantendo a escravidão.

A princesa Isabel reconheceu que o país se agitava muito, escravos fugiam em massa das fazendas, dando maior força aos movimentos abolicionistas. Pressionada pelo protagonismo dos escravizados, decidiu agir.

Rebouças tinha um projeto que chamava de “democracia rural”: dividir a terra. E tinha um projeto de concessão de direitos plenos para os ex-escravizados. O projeto dos abolicionistas incluía uma reforma do funcionamento da vida social, a incorporação do proletário escravo à nação brasileira. Previa converter de fato uma pessoa que tinha sido criada sob a escravidão num cidadão capaz de ler, escrever, trabalhar, ter a própria terra e os próprios direitos.

A opção da Coroa de não aprovar o projeto do Rebouças salvou uma parte do escravismo. A única coisa que pôde ser consensuada é que estava acabada a escravidão no Brasil. Não diziam como implementar isso ou o que aconteceria com os ex-escravizados. Deveria ter havido uma série de disposições transitórias para dizer juridicamente o que acontecia com cada um. O que o Império fez foi deixar que cada proprietário gerisse a própria transição para o trabalho livre.

Por isso que os movimentos negros chamam o que aconteceu de *abolição inconclusa*. Os abolicionistas queriam muito mais: o fim da escravidão, claro, mas um fim que fosse acompanhado de um projeto, de medidas compensatórias.

A igualdade de direitos até hoje não aconteceu no Brasil. O projeto do Rebouças não se realizou. Mas nem por isso o Treze de Maio deve ser menosprezado. Não foi o que poderia ter sido, mas houve muita luta negra para que esse momento finalmente acontecesse e muita gente fosse libertada. Pessoas que, pelas leis do próprio Brasil, já não poderiam mais estar sendo escravizadas, mas ainda o eram.

A monarquia não abriu mão da defesa da escravidão por bondade, por bom coração ou por decisão política, mas por insuficiência de manter a escravidão.

Em seguida à Lei Áurea, os escravistas formaram a base de apoio do golpe que derrubou o Império e instituiu a República. E o projeto de exterminar a parcela negra da população continuou. Um dos primeiros atos do novo governo foi fazer um decreto mantendo a proibição de direito a



voto para analfabetos. Numa sociedade que por mais de três séculos dificultou e até barrou o acesso de pessoas negras ao ensino, quem estava sendo alijado de seus direitos políticos? A proibição só caiu quase cem anos depois, em 1985. Por todo o período republicano, foram implementadas leis antinegros, como as de perseguição às religiões de matriz africana.

As pessoas negras não aceitaram tudo de braços cruzados. Quiseram acabar com elas, mas continuam aqui: mais da metade da população. Desde que a primeira pessoa africana foi trazida para este território indígena, tantos séculos atrás, foi o “nós por nós” que garantiu a sobrevivência.

As pessoas negras construíram não só toda a riqueza do Brasil, mas a própria democracia do país — ainda que não seja, nem de longe, o Brasil que merecemos. Se tem uma “política pública” constante, eficaz e longeva na história do Brasil, é o racismo. Uma política de Estado que ainda está em vigor. Este livro, que começou com uma citação ao fotógrafo e ativista Januário Garcia: “Existe uma história do negro sem o Brasil. O que não existe é uma história do Brasil sem o negro”, termina com o mote de uma campanha da Coalizão Negra por Direitos: “Enquanto houver racismo, não haverá democracia”. E já passou da hora de o Brasil ser de fato uma democracia.





## EXERCÍCIOS

### EXERCÍCIO 1 — APROFUNDAMENTO

Leia o texto a seguir:

Foi na campanha contra o tráfico de escravos [...] que os ingleses inventaram o “movimento social”, essa *maneira* extraparlamentar de fazer política, à qual recorrem grupos sem acesso ou capacidade de impactar a política institucional. Forma de ação que se caracterizaria por campanha de pressão sobre autoridades, sob forma de manifestações públicas; uso de mesmo repertório de confronto, isto é, de formas semelhantes de organização, expressão e ação; e envolve grande número de pessoas, cujo compromisso perdura ante adversidades (sobretudo repressão).

Entre 1868 e 1888, 35 jornais de nove províncias trataram de 1 446 eventos de protesto abolicionista no Brasil. Aí se inclui uma variedade de estratégias de mobilização, sobretudo a organização de 293 associações exclusivas e de seiscentas manifestações públicas, como também iniciativas institucionais, ações diretas, simbólicas, de difusão e confrontação, que se distribuíram por 236 cidades do país, em todas as províncias do Império, ao longo de duas décadas (1868-1888).

A mobilização brasileira pela abolição da escravidão foi, pois, grande, estruturada e duradoura. Os brasileiros construíram uma rede coordenada e nacional de ativistas e associações e se valeram de uma plethora de estratégias de mobilização, inclusive propaganda de massas, recrutando grande número de adeptos. Essa mobilização de feições nacionais permite caracterizar o abolicionismo como nosso primeiro — e grande — movimento social.<sup>26</sup>

A partir da leitura do texto e do capítulo “Democracia”, explique o papel do movimento abolicionista na luta pela abolição da escravidão.

---

---

---

---

---

---

---

---

### EXERCÍCIO 2 — DISCUTINDO OS TEMAS

Leia o texto a seguir:

O Código Penal de 1890, na Primeira República, não faz nenhuma referência explícita à questão racial. No entanto, o Capítulo XIII tratava “dos vadios e capoeiras”. De acordo com a letra da lei, todos que não exercessem profissão, não tivessem meios de subsistência ou manifestassem ofensa contra a moral e os bons costumes seriam presos por um período de quinze a trinta dias. Se tivessem entre catorze e 21 anos, seriam recolhidos em estabelecimentos disciplinares industriais.

26. Adaptado de ALONSO, Angela. “O abolicionismo como movimento social”. *Novos Estudos* — Cebrap, n. 100, São Paulo, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yn753mp3>>. Acesso em: 14 maio 2025.





**EXERCÍCIO 3 — TESTANDO OS TESTES 1**

Com base na leitura do capítulo “Democracia”, assinale com verdadeiro (V) ou falso (F) as afirmações a seguir e escolha a alternativa que apresenta a sequência correta:

1. ( ) As revoltas de Carrancas e a dos Malês tiveram um impacto na legislação do período, enrijeceram o controle não apenas aos escravizados, mas também aos libertos africanos, reforçando o controle e a repressão a população negra de um modo geral.
2. ( ) A elite escravista brasileira concluiu, em 1850, que a utilização da mão de obra negra escravizada já não era mais lucrativa, o que facilitou a decisão de proibir o tráfico negreiro, indo ao encontro das pressões da Inglaterra.
3. ( ) A proibição definitiva do tráfico em 1850 se deveu fundamentalmente às ações da Inglaterra (que passou a perseguir os navios negreiros no Atlântico e tratá-los como pirataria), sem influência das revoltas de negros escravizados.
4. ( ) Ainda que fossem um bem valioso para os senhores, por serem considerados um investimento e parte de sua propriedade privada, era comum que negros escravizados que se revoltassem fossem punidos com a pena capital.
5. ( ) A mobilização popular dos anos 1830 empurrou os conservadores para um eixo comum e apurou o senso de autopreservação entre os donos do patrimônio e das riquezas privadas, jogando contra a realização dos anseios das classes subalternas e populares.

- a) F, V, V, F, F.
- b) F, F, V, V, V.
- c) F, F, F, V, V.
- d) V, V, F, V, F.
- e) V, F, F, F, V.

**EXERCÍCIO 4 — TESTANDO OS TESTES 2**

Considerando o cenário do movimento abolicionista, qual das alternativas a seguir está **incorreta**?

- a) Luiz Gama utilizava a lei de 1831 — a “lei para inglês ver” — para libertar, no Judiciário, pessoas escravizadas ilegalmente.
- b) André Rebouças se tornou abolicionista quando percebeu que não adiantava ser um homem culto, pois sempre seria tratado pela cor da pele.
- c) André Rebouças e Luiz Gama nunca tiveram escravizados em suas casas, destacando-se como os dois principais negros do movimento abolicionista.
- d) Luiz Gama nasceu livre, mas foi mantido em cativeiro por toda a adolescência até que aprendeu a ler e a escrever e descobriu que sua condição era ilegal.
- e) Rui Barbosa tinha negros escravizados em sua casa, pois não era visto como uma contradição a pessoa defender ideias abolicionistas e possuir escravos.





## EXERCÍCIO 5 — AGORA É COM OS ESTUDANTES

Leia o texto a seguir:

A abolição da escravidão é desses eventos raros na história do país; divide águas, seja como fato, seja como símbolo. Em 1988, centenário da Lei Áurea, houve uma troca de ícone e data comemorativa da liberdade africana no Brasil: do Treze de Maio para o Vinte de Novembro, da liderança da princesa ao protagonismo dos cativos, de Isabel para Zumbi. Estudiosos e ativistas do movimento negro contestaram a relevância da casa imperial para o fim da escravidão e ressaltaram a resistência dos escravos.

A aura de “Redentora” para Isabel era, de fato, exagerada; contudo, o deslocamento de relevância da herdeira do trono imperial para o líder de revolta escrava solapou um fenômeno que não é uma coisa nem outra: o movimento social pela abolição da escravidão. Movimento irreduzível a um grupo ou liderança, nem obra de escravos, nem graça de princesa.<sup>28</sup>

Com base no texto e na leitura do capítulo “Democracia”, discuta a seguinte afirmação: “Mas nem por isso o Treze de Maio deve ser menosprezado. Não foi o que poderia ter sido, mas houve muita luta negra para que esse momento finalmente acontecesse e muita gente fosse libertada. Pessoas que, pelas leis do próprio Brasil, já não poderiam mais estar sendo escravizadas, mas ainda o eram”.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

28. Adaptado de ALONSO, Angela. “O abolicionismo como movimento social”. *Novos Estudos* — Cebrap, n. 100, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yn753mp3>>. Acesso em: 14 maio 2025.

